

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

MAGALI MOTTA MENDONÇA

DESENVOLVIMENTO LOCAL: Uma política pública para a retomada do crescimento
sustentável

BELO HORIZONTE

2021

Magali Motta Mendonça

**DESENVOLVIMENTO LOCAL: Uma política pública para a
retomada do crescimento sustentável**

Dissertação apresentada ao curso Maestría, Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magister em Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Maurílio Duarte Batista.

BELO HORIZONTE

2021

Ficha catalográfica

MENDONÇA, Magali Motta.

Cidade: Belo Horizonte, MG. FLACSO/FPA, 2021.

Título da dissertação: Desenvolvimento Local: Uma política pública para a retomada do crescimento sustentável/ Magali Motta Mendonça

Quantidade de folhas: 68

Dissertação (Magister en Estado Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2021.

Orientadora: Prof. Maurílio Duarte Batista.

Magali Motta Mendonça

Desenvolvimento local: Uma Política Pública para a retomada do crescimento sustentável

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magister em Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Aprovada em: 27 de agosto de 2021

Prof. Me. Maurílio Duarte Batista

Prof. Prof. Dr. José Arcanjo Nunes

Prof. Dr. Marcelo Prado Ferrari Manzano

Dedico a todos os agricultores familiares, principalmente as mulheres rurais, que fazem da sua atividade econômica uma arte, transmitem aos seus descendentes o amor pela terra e à satisfação de produzir seu alimento em uma sinergia com o meio ambiente e a qualidade de vida.

AGRADECIMENTOS

Vencer essa etapa da minha formação acadêmica só foi possível por apoio de pessoas e de instituições. Então gratidão é a palavra que caminha ao lado dos resultados que alcancei. Foram gestos, palavras e atitudes que podem ter parecido simples no momento para algumas pessoas, mas foram decisivos para minha trajetória.

Quero começar agradecendo a instituição; uma pós-graduação com um olhar diferencial em Estado, Governo e Políticas Públicas, a equipe acadêmica e meu orientador, que incansavelmente incentivaram e provocaram um melhor resultado.

Os colegas de sala, e muitos se tornaram amigos, as ideias se complementavam, os sorrisos acalmavam o coração. Na sala, no bar ou numa casinha de sapé, mas “ninguém largou a mão de ninguém”.

Por último, porque eu não encontrava palavras para expressar: minha família. Mas preciso destacar um filho no meio de sete. Muita gratidão a minha querida Naty (in memoriam) minha inspiração e minha razão de ainda existir e seguir em frente. Estava me preparando para fazer um mestrado em 1997 quando ela nasceu com uma cardiopatia.

Naty passou por várias cirurgias, idas e vindas de hospitais. Mas as limitações físicas nunca limitaram seus sonhos, sua certeza de vida. Com muita intensidade, fez o que podia e o que não era autorizada pelos médicos a fazer. O “não consigo” não fazia parte do seu vocabulário. Ela acreditava na justiça social, em uma sociedade mais igualitária, sem preconceito e lutava por isso. Seu lema era “vamos espalhar amor”.

Quando foi para a faculdade, me incentivou a voltar a estudar e surgiu a oportunidade do mestrado com a bolsa da Fundação Perseu Abramo. No meio do curso ela teve uma piora e no hospital me fez jurar que eu não pararia de estudar. Ela disfarçava a dor para não incomodar, cantava para alegrar os outros doentes e sempre tinha uma palavra de otimismo. Até a última respiração foi firme, e não deixou de acreditar que é possível fazer um mundo melhor.

Gratidão Naty, sou hoje parte de você, do que vivi e aprendi com você e continuo mesmo quando tudo desmorona, continuo acreditando, lutando e realizando. Sua força está em mim...

LISTA DE ABREVIATURAS

ABMEL – Associação Brasileira de Exportadores de Mel

CAC – Camponês a Camponês

CDA – Compra Direta da Agricultura Familiar

CEASA-SUL- Central de Abastecimento de Alimentos

CNM-Confederação Nacional dos Municípios do Brasil

CMDRS – Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável

CONSAD – Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local

IFES – Instituto Federal do Espírito Santo

INCAPER – Instituto Capixabas de Pesquisas, Assistência Técnica e Extensão Rural

FECAPIS – Federação Capixaba de Associações de Apicultores

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

OCS – Organização de Controle Social

PA – Apisfrut

PDSTR – Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais

PF – Feira Livre da Agricultura Familiar

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEAD – Secretaria Especial de Agricultura Familiar

UEM - Unidade de Extração de Mel

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fundamentos para um processo de desenvolvimento local.....	23
Figura 2 - Mudança na natureza das políticas públicas setoriais para as políticas territoriais e o fim da dicotomia rural-urbano.....	30
Figura 3 - Mapa da produção de café e açúcar no Espírito Santo – 1873.....	33
Figura 4 - Mapa da cadeia apícola – Projeto Apisfrut.....	44
Figura 5 – Modelos de comercialização dos grupos do PA e do PF.....	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Produção da Fazenda Santa Rita (no Vale do Itapemirim) – 1875.....	35
Tabela 2 - Número e área dos estabelecimentos agropecuários por tipologia, Muqui/ ES, 2017	36
Tabela 3 - Composição do Produto Interno Bruto (PIB) do Município de Muqui/ ES: valor adicionado bruto a preços correntes, 2017.....	37
Tabela 4 - Principais produtos agropecuários da lavoura Permanente do município de Muqui/ES, 2017.....	38
Tabela 5 - Principais produtos agropecuários da lavoura temporária do município de Muqui/ES, 2017.....	38
Tabela 6 - Produção de suínos, aves e abelhas do município de Muqui/ES, 2017.....	39
Tabela 07 - Apisfrut - Experiência com a atividade x produção.....	46
Tabela 08 - Feira Livre da Agricultura - Experiência com a atividade x produção.....	47
Tabela 09 - Implantação dos apiários do Programa Apisfrut no município de Muqui.....	48
Tabela 10 - Benefícios recebidos pelos beneficiários com a inclusão no projeto de Desenvolvimento Local.....	50
Tabela 11 - Compra de bens de consumo após a inclusão no projeto de Desenvolvimento Local.....	52
Tabela 12 - Membros da família participaram do projeto de Desenvolvimento Local.....	53
Tabela 13 - Sentimentos das pessoas em desenvolver a atividade do projeto de Desenvolvimento Local.....	54

SUMÁRIO

SUMÁRIO	10
RESUMO	11
ABSTRACT	15
1 INTRODUÇÃO	12
2 DESENVOLVIMENTO LOCAL: CONCEITO, MARCO HISTÓRICO E INSTITUCIONAL NA PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ..	17
3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL COM BASE TERRITORIAL: DESENVOLVIMENTO SOCIECONÔMICO E QUALIDADE DE VIDA DE UM LOCAL	25
3.1 Desenvolvimento local x diversificação.....	28
4 MUQUI DA TRADIÇÃO DA MONOCULTURA CAFEIEIRA AOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	32
5 OS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE MUQUI: UM ESTUDO DE CASO	42
5.1 Análise dos dados da pesquisa de campo.....	46
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	64

RESUMO

O PIB brasileiro no ano de 2020, segundo o IBGE, fechou em R\$ 7,4 trilhões, representando uma queda de 4,1 %, comparado ao ano anterior, foi a menor taxa da série histórica, que começou em 1996. Em período de recessão econômica e austeridade fiscal é importante realizar estudos para auxiliar no planejamento da administração pública e avaliar os programas e políticas públicas sociais anteriormente desenvolvidas, para a redução da desigualdade e pobreza na zona rural, principalmente nas pequenas cidades. Desta forma, o objetivo do presente trabalho é analisar duas políticas públicas de desenvolvimento regional e local agrário implementadas no Município de Muqui-ES quanto a sua efetividade para promover a diversificação de culturas agrícolas e o desenvolvimento socioeconômico: Apisfrut (PA) e Feira Livre da Agricultura Familiar (PF). Concluiu-se que o Desenvolvimento local é um processo endógeno, devendo partir das potencialidades para criar sentimento de pertencimento. As metodologias dos projetos PA e PF podem ser replicadas, considerando as especificidades, as ameaças, fragilidades encontradas, bem como a formação do processo histórico, socioeconômico, cultural e político do território. Ambos os projetos foram atingidos por descontinuidade da política pública, possivelmente, pôr não apresentarem uma Governança Democrática, com uma rede de parcerias sustentável. No município de Muqui, o PF apresentou maior viabilidade, no que tange o uso dos recursos públicos, e sustentabilidade diante das ameaças devido a metodologia empregada que permitiu a promoção do capital social, sentimento de pertencimento, da segurança alimentar, maior potencial de inserção de famílias e dinamismo econômico. Para promover a sustentabilidade socioeconômica dos programas identificou-se que é necessário desenvolver redes de parcerias e promover a participação popular, de forma que permita uma governança democrática.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local; Agricultura Familiar; Desenvolvimento Territorial; Diversificação de culturas agrícolas e Políticas Públicas.

ABSTRACT

The Brazilian Gdp in the year of 2020, by IBGE, finished in R\$ 7,4 rails, representanding a fall from 4,1 %, comparing the previous year, it was the least tax of historic serie, that it started in 1996. In a period of economic recession and fiscal austerity, it is important to do studies to help in the planning of public administration and evaluate the programs and public policies previously developed, to reduce the inequality and poverty in the countryside, mainly in the small cities. In this way, the objective of the present job is analyze two public policies of regional development and local agrario implemented in the County of Muqui- ES as to its effectiveness to promote the diversification of agricultural crops and the social economic development: Apisfrut (PA) and Family Farming Free Fair (PF). Concluded that Local Development is an endogenous process, due to the departure of potentialities to create feelings of belonging. The methods of the projects PA and PF can be replicated, considering the specifics, the dangers, and found weaknesses, like the formation of the historic process, economic social, cultural and politico of the territory. Both the projects were affected by discontinuity of public policy, perhaps because of no democratic governance with a sustainable network of partnership. In the city of Muqui, the PF showered a more viability, in the comes the use of the public resources, and sustainable in front the dangers due to the methodology used that allowed the promotion of social capital, a sense of belonging, of food safety, a greater potential for families insertion and economic dynamism. To promote the economic social sustainability of programs, it is necessary to develop a network of sustainable partnerships and promote popular participation, by way of democratic governance.

Key-words: Local development; Family farming; Territorial development; Cultural diversification, Agricultural e Public policy.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil, embora seja um grande exportador de grãos, possui uma atividade agrícola que alimenta a população brasileira e emprega boa parte dos que dedicam ao setor primário no país, sendo chamada de agricultura de base familiar. Com uma produção diversificada, essa forma de cultivo da terra contribui para o fornecimento de matérias-primas, bem como para o abastecimento com segurança alimentar da população, propiciando variedade alimentar com produtos locais e/ou regionais o ano todo. Silva (2019) afirma que “esse é o nosso paradoxo: um setor que está em risco de fome é também crucial para a segurança alimentar global”. Para o autor, outro atributo essencial para a agricultura familiar é:

A produção de alimentos saudáveis por meio de práticas que preservam o meio ambiente e a biodiversidade. De fato, a agricultura familiar apresenta-se como opção mais receptiva ao novo padrão produtivo requisitado por um ambiente que não tolera mais desmatamento, o uso intensivo de água, o esgotamento do solo e as emissões elevadas de Gases de Efeito Estufa. Por exemplo: 40% da humanidade já vive sob regime de estresse hídrico, proporção que poderá aumentar para dois terços até 2050, em meio a uma espiral de eventos climáticos extremos (SILVA, 2019, p.01).

O Censo Agropecuário – 2017, realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), revelou que, embora 77% dos estabelecimentos rurais são de agricultura familiar, essa atividade corresponde a apenas 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários, demonstrando uma grande concentração fundiária brasileira (IBGE, 2017).

E ainda, segundo este Censo, do total dos trabalhadores da agropecuária brasileira 67% estão na agricultura familiar. Quanto à produção, os pequenos estabelecimentos rurais se mostram muito eficientes. Os grandes destaques são para as culturas temporárias – confirmando assim a característica diversificada – como, por exemplo, a de mandioca (80%), a do abacaxi (69%) e da produção do feijão (42%). Tem destaque também 48% das culturas permanentes, como o café e a banana (IBGE, 2017).

Quanto aos dados socioeconômicos da população rural, há dificuldades de informações em período recente. Mas a partir dos dados existentes constata-se que em 2004 a extrema pobreza agrícola “era quase três vezes a extrema pobreza geral e, em 2013, ambas as taxas praticamente se iguaram, demonstrando uma queda entre os domicílios agrícolas” (Soares *et al.*, 2016). Contudo, mesmo com a queda do indicador, segundo o censo do IBGE de 2010, de quatro habitantes da zona rural, 01 estava em situação de pobreza.

Na pesquisa ‘A escalada da desigualdade’, realizada pela Fundação Getúlio Vargas em agosto de 2019, com base no IBGE-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua

(PNADC) e no índice de Gini, desde o segundo trimestre de 2015 até 2017, a porcentagem da população vivendo em situação de pobreza no Brasil cresceu 33%, passando de 8,4% para 11,2% dos brasileiros.

A desigualdade social também ampliou, já que a renda da metade mais pobre da população caiu 18%, e do outro lado da pirâmide o 1% mais rico teve quase 10% de aumento no poder de compra. Para Neri (2019)

até 2014, o bem-estar social crescia 6,5% ao ano (porque a renda crescia e a desigualdade caía). Contudo, em apenas 02 anos, passou a cair quase os mesmos 6,5%. Mais do que uma longa recessão seguida de lenta retomada, passamos de um crescimento inclusivo à recessão excludente (NERI, 2019, p.35).

Agravando a crise econômica, o mundo passou a viver uma pandemia. A pandemia da Covid-19, além de provocar a perda irreparável de vida, ocasionou a redução da arrecadação tributária e aumento dos investimentos em saúde, e consequente acirramento da crise.

O PIB (Produto Interno Bruto) no ano de 2020, segundo o IBGE, fechou em de R\$ 7,4 trilhões, com uma queda de 4,1 %, comparado ao ano anterior, sendo a menor taxa da série histórica, que começou em 1996. A redução foi, por exemplo, no setor da indústria, com - 3,5%, e nos serviços, - 4,5% (IBGE, 2021).

O setor da agropecuária, no entanto, foi o único que cresceu, com uma taxa 2,0% mais alta que o ano anterior. O Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, neste sentido, afirma que “o crescimento da produção e ganho de produtividade da atividade Agricultura, que suplantou o fraco desempenho das atividades de Pecuária e Pesca, com destaque para soja (7,1%) e o café (24,4%), que alcançaram produções recordes na série histórica”. (IBGE, 2021).

Os dados demonstram a importância do setor para a economia brasileira, que mesmo com uma recessão econômica, apresentou resultados positivos e contribuiu, em um contexto geral da economia, para elevar a taxa do PIB brasileiro.

Nesse Cenário, José Graziano da Silva, ex-diretor da FAO, em seu artigo ‘Desigualdade, vírus da segunda onda’, relata sobre o fortalecimento do desenvolvimento, destacando que “é fundamental fazer da cidade o centro da política da segurança alimentar na pandemia. Temos de fortalecer ações em nível local” (SILVA, 2020, p.01). Ao considerar que as pessoas estão nas suas cidades, onde se alimentam e residem; são as ações e programas em nível local que precisam ser fortalecidos, ou colocados em prática.

Também para Kronemberger (2019) as crises econômicas mundiais podem ampliar a pobreza e a exclusão social, o que torna mais necessário, em um momento de recessão

econômica, fortalecer a identidade local de um território e desenvolver políticas públicas em uma perspectiva endógena.

Dentro desse contexto econômico e social, o município de Muqui-ES, considerado de pequeno porte, com 15.526 habitantes, segundo dados estimados (IBGE-2020), possui como atividade econômica principal a agricultura familiar, com 977 estabelecimentos rurais, com até 50 ha (INCAPER, 2020), ocupando, segundo o IBGE¹, 40,9% da população economicamente ativa no município e é o 10º colocado no Estado do Espírito Santo no ranking de municípios com a população mais pobre (IJSN-Instituto Jones dos Santos Neves, 2019).

Perante a realidade descrita acima, com o intuito de reduzir a desigualdade e pobreza na zona rural, principalmente nas pequenas cidades, é importante realizar estudos para auxiliar no planejamento da administração pública e avaliar os programas e políticas públicas sociais anteriormente desenvolvidas.

Para Carvalho (2003) a avaliação está no limite da cultura do conhecimento e do desenvolvimento da prática, para aprimorar os sistemas de políticas públicas, “integra-se a esse processo como atividade permanente que acompanha todas as fases da política pública, desde a identificação do problema da política, até a análise das mudanças sociais advinda da intervenção pública” (CARVALHO, 2003, p.186).

Ainda se tratando das cidades de pequeno porte onde a agricultura é a principal atividade econômica, torna-se imprescindível que seja verificada a importância das políticas públicas de desenvolvimento regional e local agrário para promover a diversificação de culturas agrícolas – romper com a dinâmica setorial – e promover o desenvolvimento socioeconômico dos agricultores familiares.

A mudança da dinâmica espacial para territorial pode apresentar-se como alternativa, ao atuar de forma endógena e descentralizada. Além disso, por ser no local onde a população que sofre com a insegurança alimentar e a desigualdade social estão inseridas (SCHNEIDER, 2003). Assim, com o intuito de reduzir essas ameaças, principalmente em períodos de recessão econômica e austeridade fiscal dos programas sociais no Brasil, nos quais o papel do Estado é importante na promoção da equidade social, instiga-se a desenvolver e pesquisar o seguinte problema: qual o grau de efetividade das políticas públicas de desenvolvimento regional e local agrário para promover a diversificação de culturas agrícolas e o desenvolvimento socioeconômico dos agricultores familiares? A partir do contexto de

¹ Dados do Censo de 2010

territorialidade apresentado por Schneider (2003), o presente trabalho teve como objetivo analisar as políticas públicas de desenvolvimento regional e local agrário implementadas no Município de Muqui - ES, quanto sua efetividade para promover a diversificação de culturas agrícolas e o desenvolvimento socioeconômico diante da recessão econômica.

Para nortear a pesquisa foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos;

- Identificar a implementação de projetos de desenvolvimento territorial local e regional/agrário no Brasil e no município de Muqui;
- Identificar as alterações socioeconômicas e a promoção da qualidade de vida ocorridas nas famílias pela inserção nos projetos da Feira Livre da Agricultura Familiar e Apisfrut;
- Comparar o impacto socioeconômico e a promoção da qualidade de vida desses projetos nas famílias inseridas;
- Analisar o impacto socioeconômico das políticas públicas de desenvolvimento local e na qualidade de vida de agricultores familiares;
- Analisar a importância do impacto das políticas públicas de desenvolvimento local na qualidade de vida e no desenvolvimento socioeconômico de agricultores familiares.
- Analisar o impacto das políticas públicas de desenvolvimento local na promoção da diversificação dos cultivos agrícolas.

Para alcançar os objetivos propostos realizou-se uma pesquisa documental por meio de um levantamento das leis e decretos e das atas da associação de apicultores, das políticas públicas referentes ao desenvolvimento territorial nas três esferas de Governo, e as que criaram os projetos Apisfrut e a Feira Livre da Agricultura Familiar – tíquete-feira; uma pesquisa bibliográfica por meio de consulta a artigos, periódicos e livros para aprofundamento do tema proposto.

Em seguida, em uma estratégia para reduzir a população pesquisada no período da pandemia, optou-se pela seguinte metodologia para a pesquisa de campo: entrevista semiestruturada para coleta de dados por meio de estudo de caso, que foi registrada em formulário comum e posteriormente registrada no *Google Forms* – aplicativo do *Google*; devido à inexistência, ou inconstância de rede de internet móvel na área rural.

Antes de realizar as entrevistas, o roteiro e a metodologia empregada foram submetidos à avaliação do conselho de Ética da Flacso – Brasil e recebeu parecer favorável.

O público-alvo do estudo de caso, agricultores familiares do Apisfrut e agricultores da Feira Livre da Agricultura Familiar, constituíram-se em uma amostra de 30% do total de

agricultores de cada um dos projetos, sendo 05 do Apisfrut e 03 da Feira Livre da Agricultura Familiar. Logo, 17 apicultores e 10 feirantes, no total.

A escolha dos entrevistados ocorreu de forma aleatória por meio de sorteio. Quando o agricultor não aceitou responder ao questionário ou não foi localizado, outro nome compôs a listagem.

Posteriormente realizou-se um contato prévio por telefone, para esclarecer sobre a pesquisa, objetivos, metodologia empregada e solicitar autorização para realizar a entrevista no horário mais adequado de início e fim para os entrevistados.

Após, informou-se aos entrevistados que o anonimato seria preservado, que poderiam acompanhar a defesa da dissertação e, caso solicitem os resultados, estes os serão entregues. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi assinado no dia da entrevista, que seguiu as normas da OMS – Organização Mundial de Saúde.

Deste modo, tomaram-se medidas de segurança como utilização de máscara, álcool em gel e distanciamento de 02 metros. Houve um intervalo de uma entrevista para outra, para que fosse realizada a troca de roupa e higienização necessária do entrevistador.

O método selecionado para analisar os dados obtidos foi análises de frequência para os dados estruturados e análise de fenomenologia nos dados obtidos por meio de questões abertas, descrevendo o impacto socioeconômico da atividade no grupo familiar e nas relações familiares de trabalho.

As respostas das entrevistas estão armazenadas na nuvem no *Google Drive* e estará disponível, pelo prazo de cinco anos, para consulta com a permissão da pesquisadora. O resultado da análise de dados encontra-se inclusa na redação final da defesa da dissertação, podendo também ser incluído em revistas científicas da área e de divulgação científica, bem como à empresa que se interessar pelo assunto.

2 DESENVOLVIMENTO LOCAL: CONCEITO, MARCO HISTÓRICO E INSTITUCIONAL NA PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A agricultura no Brasil desde o início do período da colonização portuguesa foi desenvolvida para atender ao mercado externo e aos interesses das elites. As políticas para o desenvolvimento agrário eram centralizadas na esfera governamental. Dividida em setores – ministérios, secretarias, departamentos – atendiam interesses específicos, sem a preocupação de atingir o desenvolvimento socioeconômico de uma região e sem considerar a importância das relações socioculturais que existem no espaço rural/urbano, a formação histórica do local e todos os contratos sociais e econômicos gerados nesse processo.

Para Schneider (2003) a mudança na dinâmica do desenvolvimento espacial agrário de setorial para desenvolvimento regional apresenta-se como alternativa de política pública, por atuar de forma descentralizada, valorizando os atores da sociedade civil. O autor também relata que:

Os sistemas produtivos locais, gerados a partir de processos endógenos de desenvolvimento territorial, operam com base em relações de trabalho e de produção peculiares que estão diretamente relacionados ao ambiente social e à estrutura econômica, permitindo assim uma articulação das novas formas de produção com o modo de vida local. (SCHNEIDER, 2003, p.17).

O desenvolvimento local, territorial e regional são conceitos interligados, tendo o território como ponto de convergência. “As políticas públicas podem ser direcionadas para determinados setores ou interagir em um espaço como todo, por exemplo, no nível territorial” (FORNAZIER & BELIK, 2012, p.126), podendo promover o desenvolvimento local.

Nessa perspectiva, os programas do estudo de caso, o APISFRUT e o da Feira Livre da Agricultura Familiar, apresentam características de Desenvolvimento Local, contudo o APISFRUT foi implantado pelo Governo Federal, tendo como unidade de referência o território. A Feira Livre, por sua vez, é um programa em âmbito Municipal.

O conceito de regionalização tem sua origem na Geografia Clássica, e passou a ser utilizado pelas políticas públicas como referência para planejar e desenvolver os programas e suas ações do Estado “essa noção de região tornou-se, ao mesmo tempo, um instrumento analítico para descrever as características naturais dos espaços, permitindo sua classificação e tipificação, e uma ferramenta com finalidades normativas”. (SCHNEIDER, 2004, p.100).

Ainda para o autor, a regionalização como metodologia de planejamento desgastou-se, tornou-se limitada como uma unidade de referência para o desenvolvimento rural, e “com a crise da capacidade de intervenção macroeconômica e macrossocial do Estado, que ocorre a partir de meados da década de 1970 e se agudiza na década seguinte, especialmente com a influência crescente do ideário neoliberal” (SCHNEIDER, 2004, p.100).

Para contextualizar a temática abordada, utilizamos como referência o conceito desenvolvimento rural de Scheneider (2004):

Como se percebe, apesar de muito difundida e utilizada, a noção de desenvolvimento rural continua a ser de definição complexa e multifacetada, passível de ser abordada por perspectivas teóricas das mais diversas. Mesmo assim, de modo amplo, neste trabalho, o desenvolvimento rural é definido como um processo que resulta de ações articuladas, que visam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito do espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais. Dadas as especificidades e particularidades do espaço rural determinadas pelos condicionantes sociais, econômicos, edafo-climáticos e tecnológicos, o desenvolvimento rural refere-se a um processo evolutivo, interativo e hierárquico quanto aos seus resultados, manifestando-se nos termos dessa complexidade e diversidade no plano territorial (SCHNEIDER, 2004, p.99).

Quanto ao desenvolvimento local, Buarque (2008) descreve como um processo endógeno que tem como resultado uma melhor qualidade de vida e dinamismo econômico. O autor considera que para se chegar a esse resultado efetivo deve-se partir das potencialidades locais, tornando viável e competitivo a economia local, ao mesmo tempo em que conserva as riquezas naturais.

Segundo Buarque (2008), quanto ao processo, o desenvolvimento local não pode se limitar ao fator econômico, mas destaca a importância do dinamismo econômico principalmente nas regiões mais pobres.

O autor segue sustentando que “apenas uma economia eficiente e competitiva gerando riqueza local, sustentável, pode-se falar em desenvolvimento local, reduzindo a dependência histórica de transferências de rendas” (BUARQUE, 2008, p.26). O sentido de competitividade não é promovido pelo ambiente externo, mas voltada para setores e produtos locais, com potencial de vantagem locacional, podendo atrair investimento externo produtivo.

Nesse sentido, Buarque (2008) destaca a importância dos fatores socioculturais, políticos, tecnológicos e de governança. As instituições públicas precisam ser eficientes, com capacidade na execução de investimentos para tornar a economia local dinâmica, sem depender de grandes capitais externos. Dessa forma o autor afirma que o desenvolvimento local sustentável resulta “da interação e da sinergia da qualidade de vida da população local –

redução da pobreza, gerando a riqueza e distribuição de ativos – a eficiência – com agregação de valor na cadeia produtiva – e a gestão pública eficiente” (BUARQUE, 2008, p.27). Sem esquecer-se da conservação ambiental, o autor apresenta três pilares para o desenvolvimento local:

A interação entre eles deve ser medida pela governança – transbordando da base econômica para as finanças, e os investimentos públicos – pela organização da sociedade – orientando as políticas e os investimentos públicos locais –, pela distribuição dos ativos sociais – assegurando a internalização da riqueza e os desdobramentos sociais da economia. (BUARQUE, 2008, p.27).

O conceito de desenvolvimento local para KRONEMBERGER (2019) aproxima-se com outros autores, quando caracteriza como um processo endógeno, de participação popular, descentralizado, partindo de potencialidades locais tendo como base o território; e ainda quando relata que aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais, institucionais e ambientais estão interligados, se convergindo. No entanto, ao contrário de Buarque (2008), que considera os vários aspectos, mas destaca predominante em seus textos o dinamismo econômico, a autora enfatiza a necessidade de uma mudança multidimensional como um dos fatores essenciais de desenvolvimento local sustentável:

O desenvolvimento ao qual nos referimos neste livro não se limita, portanto, ao crescimento econômico, pois a experiência dos atuais países periféricos e semiperiféricos, como o Brasil, mostra que, embora ele seja importante, não é suficiente; outros fatores são necessários: sociais, culturais, ambientais, institucionais e políticos (relacionados à redução da pobreza e das desigualdades sociais, à geração de empregos, à conservação ambiental, etc.) (KRONEMBERGER, 2019, n.p.)

A autora destaca o Desenvolvimento Local e enfatiza o investimento em capital social e humano no processo do desenvolvimento local. Para Kronemberger (2019), o objetivo final não deve ser só a qualidade de vida, como também a promoção do convívio social, e aumentando a “capacidade de sonhar e de realizar sonhos”. Segundo a autora o capital social é um conceito em construção sendo:

Abordado de diversas maneiras, todas convergindo, porém, para questões comuns, tais como os valores éticos, a cultura política, sob a forma de consciência e engajamento cívico ou exercício da cidadania, a capacidade de associativismo, o senso de responsabilidade social, a cooperação voluntária, o grau de confiança entre as pessoas, a capacidade de formar laços horizontais e verticais de participação e as regras de reciprocidade. Capital social não deve ser confundido com capital humano, que é a reserva de conhecimentos, capacidades inatas e competências técnicas de uma população e se refere à capacidade de empreender, podendo ser expresso, por exemplo, pelos níveis de educação, saúde e nutrição. O capital social é uma ideia que tem a ver com o poder das pessoas para fazer, coletivamente, alguma coisa. O capital social pode ser classificado em estrutural e cognitivo. O estrutural provém de organizações e estruturas sociais e pode ser medido através de indicadores de grupos e Redes com os quais as pessoas podem contar. O capital social cognitivo resulta de

estados emocionais, como percepções acerca da confiança interpessoal, por exemplo. (KRONEMBERGER, 2019, np).

Kronemberger (2019) considera o capital social como um capital produtivo, um indicador de dinamismo e sustentabilidade de uma comunidade. Mas não pode ser confundido como o único fator, ou fator suficiente para o desenvolvimento local. Assim, deve convergir com outros aspectos, que influenciam na formação de um espaço e da sociedade e por consequência do desenvolvimento local.

Ainda segundo a autora, em último estágio de participação dos cidadãos na comunidade no processo de desenvolvimento local está o autodesenvolvimento. Nesse estágio não há mais a dependência de agentes externos, ou de uma liderança local para desenvolver os processos (KRONEMBERGER, 2019).

Quando essa participação ocorre de forma integrada por meio de formação de Redes onde a sociedade civil organizada, Estado, terceiro setor e empresas privadas, participam de forma integrada cada um assumindo seu papel, promovem o desenvolvimento local sustentável (KRONEMBERGER, 2019). A atuação de cada ator de forma cooperativa pode dar sustentabilidade aos projetos de desenvolvimento local.

O papel da sociedade na formação da Rede é essencial como articulador social, pela atuação na promoção do capital social que é gerado nas suas e pelas suas interações sociais. A sociedade civil pode atuar por meio de movimentos sociais, ONG e empreendimentos de economia solidaria e das tecnologias sociais. As empresas, por sua vez, quando assumem como forma de gestão empresarial a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) impacta diretamente no desenvolvimento local devido o compromisso da empresa para o desenvolvimento sustentável (KRONEMBERGER, 2019).

O Estado, por sua vez, nesse processo, tem o papel não só de promotor das políticas públicas com a prestação de serviços essenciais, mas como indutor, facilitador e regulador. Devendo criar mecanismos com os demais atores, por meio de aporte de recursos, para promover o desenvolvimento local (KRONEMBERGER, 2019). Contudo, para o Estado integrar a essa Rede para o desenvolvimento local, a forma de gestão precisa ser descentralizada, e passar a desenvolver uma governança democrática.

Kronemberger (2019) também enfatiza o papel das diversidades de tecnologias sociais existentes no Brasil, que para a autora pode ser considerado um potencial na implantação de programas de desenvolvimento local e desenvolvimento de capital social e humano. Ela ainda destaca que: “o seu crescimento simbolizou o fortalecimento da sociedade civil organizada e a

apropriação pelas comunidades do rumo do desenvolvimento” (KRONEMBERGER, 2019, np).

A perspectiva de Desenvolvimento Territorial passou a ser incorporada na política pública de desenvolvimento rural na União Europeia a partir de 1990 pelo Programa Leader², onde promoveu o desenvolvimento endógeno por meio das potencialidades locais e com a descentralização das decisões. O Leader foi uma referência para vários países da América Latina e várias organizações mundiais como a FAO³, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, e o Banco Mundial estimularam para que os países passassem a desenvolver políticas públicas com esse enfoque.

Neste sentido, a partir do início dos anos 2000, na região são operacionalizados diversos programas que, de alguma maneira, auxiliaram na disseminação dessa estratégia em programas específicos em vários países da região. Entre eles podem ser citados: o Instituto Colombiano de Desenvolvimento Rural (Incoder), na Colômbia (Perafán, 2007); o Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (Inta), na Argentina (Ghesti, 2013); a Ley de Desarrollo Rural Sustentable (LDRS), no México (Torres e Macías, 2009); e o Programa Nacional de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável (Pronat), no Brasil. (GHESTI&SILVA, 2016, p.220).

Hespanhol (2010) estabelece como marco histórico para a abordagem territorial como política pública no Brasil “meados da década de 1990 e sobretudo no decorrer dos anos 2000” (HESPANHOL, 2010, p.125). As ações do Estado para o meio rural deixaram de ter a perspectiva setorial e as diferenças regionais e passaram a ser vistas como “características positivas a serem valorizadas”. O Brasil e seus contrastes passam a ser analisados não como um problema, mas como fator a ser potencializado por políticas públicas de desenvolvimento local, destacando as peculiaridades de cada região.

Para Kronemberger (2019) o desenvolvimento local foi impulsionado com a propagação de ONG’s. Essas instituições apresentavam métodos de ação local e passaram a desenvolver suas atividades por todo país, em vários setores de atuação. Outro fator que impulsionou foram os processos descentralização da governança das políticas públicas, que foi regulamentada com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Um exemplo de participação da sociedade civil foram os Fóruns, Conselhos e Conferências.

Nesse sentido, Rocha (2008) expõe que as essas relações entre Estado e a sociedade foram alteradas pelas transformações ocorridas em âmbito social, econômico e político do país impulsionada pela luta da sociedade civil para instaurar a democracia. O processo de

² LEADER -Programa Ligações Entre Ações do Desenvolvimento da Economia Rural

³ Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

democratização, que antecedeu a promulgação da Constituição Cidadã, ocorreu a institucionalização da participação social:

A intensificação da participação social, entendida aqui como a participação da sociedade em espaços públicos de interlocução com o Estado, reflete a configuração de um tecido social que foi se tornando mais denso e diversificado desde meados dos anos 70, período de surgimento dos novos movimentos sociais. A Constituição Federal de 1988, por sua vez, coroou esse processo atribuindo relevância à participação da sociedade na vida do Estado, ao instituir vários dispositivos nas esferas públicas de âmbitos federal e local (ROCHA, 2008, p.131).

Quando a decisão das políticas públicas tem a participação popular, torna-se mais fácil identificar o problema da região, pois o indivíduo tem uma relação com seu entorno (KRONEMBERGER, 2019). Assim, além de contribuir na identificação das fragilidades, potencialidades, também podem se empenhar na resolução das fraquezas e das ameaças.

Franco (2011) identificou problemas com as metodologias de inferência do desenvolvimento local aplicadas no Brasil e em outros países, em âmbito prático e teórico, que foram sendo superadas com o surgimento de nova tecnologia social e inovações das metodologias. Como, por exemplo, as que surgiram a partir do princípio da sociedade em Rede e a fenomenologia da interação social. Como Kronemberger (2019) também defende.

Entre os problemas práticos estão a descontinuidade do projeto por troca do dirigente, ou por saída do agente de desenvolvimento local ou ainda por dificuldade de remuneração do agente. E entre os problemas teóricos, estão os relacionados a “contingência, sobretudo para as metodologias de indução do desenvolvimento local por meio de investimento em capital social” (FRANCO, 2011. p.2), por não haver ainda total compreensão prática do termo no período da elaboração das metodologias. O autor ainda relata que:

Quando tais metodologias foram desenhadas, não havia suficiente clareza de que capital social nada mais é que a Rede social. Ocorre que a nova ciência das Redes, com o status que tem hoje (análise redes sociais + redes como sistemas dinâmicos complexos + redes como estrutura que se desenvolvem), só surgiu na primeira década do presente século e só no final dessa década foram tiradas as primeiras inferências práticas do novo conhecimento na fenomenologia de Redes (FRANCO, 2011. p.2).

Para Franco (2011) faz-se necessário reinventar as metodologias. Isso deve-se ser feito a partir de 10 novos fundamentos, com base na comunitarização que segue a localização. Eles referem-se as dinâmicas sociais interativas que surgem da “interação da sociedade hierárquica para uma sociedade em Rede” (FRANCO, 2011. p.6).

Um novo processo de desenvolvimento local “deve ser baseado em pessoas e não em instituições internas ou externas à localidade. Redes sociais acontecem quando pessoas interagem” (FRANCO,2011. p.6). Como se apresenta a seguir a Figura 1.

Figura 1 - Fundamentos para um processo de desenvolvimento local

FUNDAMENTOS PARA UM PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL
1. Promoção da auto-organização comunitária.
2. Obtenção de resultados previsíveis, esperados ou desejados.
3. Incentivar o empreendedorismo individual e coletivo lançando mão de novos processos mais compatíveis com as dinâmicas de rede (como o <i>crowdfunding</i>).
4. Desenvolver processos coletivos e dialógicos e, sobretudo interativos, de criação, de invenção e de realização de atividades comuns compartilhadas.
5. Estimular as atividades lúdicas, as brincadeiras, as festas e outras formas de celebração da convivência, incentivando a presença de crianças e idosos em todas as atividades.
6. Abolir formas e mecanismos de comando-e-controle, e também não aceite <i>rankings</i> e comparações entre experiências de desenvolvimento local.
7. Seja aplicada por agentes de desenvolvimento voluntários da própria localidade, por professores – constituam inicialmente uma comunidade de aprendizagem em rede sobre <i>netweaving</i> .
8. Nunca seja um programa proprietário de uma instituição hierárquica (nem de um conjunto de instituições).
9. Estimular a conexão e a interação entre as diversas comunidades de vizinhança, de aprendizagem, de projeto e de prática .
10. Não seja mais um trabalho, a execução de uma rotina imposta heteronomamente, mas uma diversão, um jogo, um <i>creative game</i> ao qual as pessoas aderem por que acham bacana, legal, interessante e útil.

Fonte: Franco, 2011. Elaborado pela autora, 2021.

Quanto ao marco institucional no Brasil, ocorreu para Scheneider (2003), com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial no Ministério de Desenvolvimento Agrário no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. A perspectiva territorial passou a ser incorporada ao planejamento da instituição, como ferramenta para desenvolvimento da agricultura. Deixando, dessa forma, de priorizar o âmbito setorial, que privilegiava os grandes produtores que atendem o grande mercado.

No governo do Presidente Michel Temer foi extinto o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Partes de suas atribuições foram transferidas para o recém-criado Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário e posteriormente pelo decreto nº 8.786, de 14 de junho de 2016, foi transferido para a administração da Casa Civil cinco Secretarias e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ligados anteriormente ao extinto

MDA, incluindo a Secretaria de Desenvolvimento Territorial. As antigas secretarias ficaram na pasta da SEAD – Secretaria Especial da Agricultura familiar (BRASIL, 2016).

As políticas públicas em âmbito federal e sua estrutura de desenvolvimento territorial rural foram definitivamente extintas no Governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro a partir do Decreto nº 9.667, de 02 de janeiro de 2019, que transferiu as competências da SEAD para Secretaria da Agricultura Familiar e Cooperativismo no MAPA (BRASIL, 2019). Assim as políticas públicas para agricultura familiar passaram a ser desenvolvida nos seguintes setores: Departamento de Desenvolvimento comunitário, de Cooperativismo e Acesso aos Mercados, de Estrutura Produtiva, Gestão do Crédito Fundiário.

3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL COM BASE TERRITORIAL: DESENVOLVIMENTO SOCIECONÔMICO E QUALIDADE DE VIDA DE UM LOCAL

Em um Brasil com grandes contrastes sociais e regionais, as políticas públicas desenvolvidas sem ter como unidade de referência o território, sem uma articulação territorial por meio de políticas setoriais, onde cada pasta (Ministério, Departamento, Secretaria) tem seus programas e respectivos orçamentos, podem promover o aumento da renda de pessoas ou grupos isolados, mas podem não atingir o objetivo de inclusão social e produtiva de um território como um todo, e reduzir as diferenças regionais (FORNAZIER & BELIK, 2012).

Outro fator que precisa ser levado em consideração, no desenvolvimento de uma política pública com o objetivo de reduzir os contrastes socioeconômicos, além do território, é a abrangência do público-alvo. Um programa com enfoque apenas de desenvolvimento produtivo pode não atingir as famílias mais vulneráveis.

Assim, algumas políticas são mais focadas no social que tem efeito na diminuição da pobreza rural, enquanto outras são mais focadas no produtivo, o que pode auxiliar na inserção de produtores, mas não necessariamente os mais pobres, não tendo assim o efeito de diminuição da pobreza com essa ação. (FORNAZIER & BELIK, 2012, p.126).

Nesse sentido, pode-se exemplificar, na esfera federal, um projeto que quando foi criado não tinha o objetivo principal de inserção do agricultor familiar mais vulnerável socioeconomicamente, como também não era de base territorial: o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, posteriormente incorporado aos objetivos e linhas de atuação do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR):

Com o PRONAF Infraestrutura e Serviços, o município se constituía a unidade de intervenção e não mais apenas as atividades agropecuárias realizadas no âmbito individual das propriedades rurais, embora as ações implementadas ainda se voltassem para o atendimento das demandas dos produtores, sobretudo dos pequenos; no Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, a unidade de intervenção passou a ser os territórios rurais e o foco das ações o combate à pobreza; e nos Territórios da Cidadania, as unidades de referência são os territórios rurais e visam a desenvolver ações vinculadas ao acesso aos direitos sociais, à infraestrutura e ao apoio às atividades produtivas agrícolas e pecuárias (HESPANHOL, 2010, p.143).

Com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, em 2010, as políticas públicas passaram a ter um enfoque territorial em âmbito institucional. Alguns exemplos que serão apresentados aqui serão os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSADs) e o Programa Territórios da Cidadania, que com o fim SDT foram extintos.

Os CONSADs eram um programa coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, que empregava em sua metodologia uma abordagem territorial, tinham como objetivo contribuir para a redução da exclusão social e da pobreza, e representavam uma alternativa de geração de emprego e renda em territórios com maior vulnerabilidade social (ORTEGA, 2007).

Para Ortega (2007), os CONSADs não contribuem apenas com a articulação de um “arranjo social territorial”, mas colaboram com ações de fomento em área do território rural mais vulnerável, promovendo a inserção dessas áreas em circuito de comércio de maior abrangência. As políticas públicas de desenvolvimento local realizam diagnósticos, levantando as potencialidades e características comuns da região, as dificuldades que atravessam e propõe um trabalho cooperativo, com o envolvimento das entidades da sociedade civil. E, além disso, por meio dos Fóruns, eram definidas as ações que receberiam fomento. Desta forma, por meio dos CONSADs estabeleceu-se a cooperação entre poder público e a sociedade civil:

A concepção dos CONSADs está, portanto, em grande parte, assentada na noção de desenvolvimento local, tendo como ação norteadora a busca da segurança alimentar, que seria alcançada não só mediante políticas e ações compensatórias, mas também por meio da busca de uma dinamização econômica dos territórios atendidos (ORTEGA, 2007, p.286).

Outra metodologia de participação popular que tinha como objetivo o desenvolvimento local, tendo como referência a unidade territorial, foi o Programa Territórios da Cidadania, que também como o CONSAD, foi extinto com a reestruturação ministerial do Governo do presidente Jair Bolsonaro.

Criado em 2008, na coordenação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Programa Territórios da Cidadania tinha como objetivo a superação da pobreza e geração de trabalho e renda por meio de uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável. Uma das estratégias era a inclusão produtiva das populações em vulnerabilidade social na área dos territórios, por meio de ações governamentais coordenadas, sendo que a base do Programa era a integração das três esferas de Governo e a participação popular – todo território tinha seu

colegiado. Com a articulação de ações de 22 ministérios, foi disponibilizado em dois anos R\$ 37,7 bilhões de reais para apoiar as atividades produtivas e ampliou a abrangência das populações atendidas nesses territórios (FPA-2017).

Hespanhol (2010) destaca que é fundamental a importância do Estado na execução do Programa Territórios da Cidadania, por:

Concentrar as ações e os recursos em áreas caracterizadas pela pobreza rural aguda, por meio da desconcentração da ação pública e a descentralização do processo. No primeiro caso, trata-se do estabelecimento de coordenadorias territoriais (em nível estadual e dos territórios) para atuarem em relação aos programas federais (Bolsa-Família, PRONAF, Luz para Todos etc.), agilizando-os e facilitando a sua implementação. No segundo caso, o da descentralização, implica no compartilhamento do processo de decisão entre os diferentes níveis de governo (federal, estadual e municipal) e os atores territoriais (HESPANHOL, 2010, p.141).

Contudo a visão territorial do desenvolvimento recebe crítica de alguns autores. Ortega (2007) cita em síntese o fato de os defensores desse enfoque desconsiderar o ambiente macroeconômico; o fato desses territórios estarem inseridos em um processo capitalista; e, ainda que sejam minimizados no processo os problemas políticos locais, as estruturas de classes sociais existentes e as políticas nacionais. O autor ainda destaca que uma “parte expressiva desses territórios ainda têm sérios problemas para conduzir processos ‘autônomos’ de desenvolvimento, exigindo maior intervenção pública que atue no sentido de fortalecer e mobilizar ações ativas das sociedades locais” (ORTEGA, 2007, p.297).

A Secretaria de Desenvolvimento Territorial, que fazia parte do antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário, relatou em documento as dificuldades enfrentadas para desenvolver programas tendo como referência a unidade territorial: “as regiões mais carentes de desenvolvimento são exatamente aquelas que apresentam os mais altos índices de analfabetismo e que sofrem, desde muito tempo, processos de exclusão social, de migração e de desqualificação dos serviços públicos” (MDA/SDT, 2005, p.13).

Para MDA/SDT (2005), esse enfoque requer um processo de autogestão dos territórios e de participação da sociedade civil. Contudo, essas mesmas áreas são as de maior vulnerabilidade social, sendo consideradas as que sofrem com altos índices de analfabetismo, de desemprego, a dependência do Poder Público, e que ainda têm a marca política do clientelismo. São as populações cujo capital social mais careciam de desenvolvimento para justificar a sustentabilidade dos programas de desenvolvimento local. Por outro lado, são as que apresentam o capital social menos desenvolvido, devido a esses fatores econômicos, sociais, geográficos, educacionais e práticas políticas. “Em várias partes, o crescimento e

institucionalização do capital social são vistos como uma espécie de ameaça ao poder político local” (MDA/SDT, 2005, p.13).

Em contrapartida, destaca-se como um potencial para desenvolver as ações a nível local, a formação dos territórios por municípios de pequeno porte e pouco populosos, o que pode contribuir para a participação social dos cidadãos, como os projetos estudados no estudo de caso no município de Muqui.

Para Klering, Jochims, Stranz (2012), são nas pequenas cidades que a população fica mais próxima da administração pública, do executivo e do Legislativo. As atividades tornam-se mais visíveis e os habitantes da cidade podem verificar onde está sendo investido o dinheiro público, ao contrário das cidades grandes, nas quais a população enfrenta uma complexidade de problemas (drogadição, violência, poluição, entre outros).

Segundo Klering, Jochims, Stranz (2012) a partir de seguidos levantamentos realizados a partir de 2002, principalmente pela CNM-Confederação Nacional dos Municípios do Brasil:

Comprovam que nos municípios pequenos é que esse ideal de melhoria da qualidade de vida está sendo alcançado com os melhores resultados, confirmando assim que a estratégia de descentralizar a administração pública para os pequenos municípios é altamente positiva e benéfica para melhorar os índices de qualidade de vida e de desenvolvimento de um país de enormes extensões territoriais, como o Brasil. (KLERING, JOCHIMS, STRANZW, 2012, p.43).

Assim, a população que consegue qualidade da administração pública da sua cidade pode conseguir atingir melhor qualidade de vida por ter a oportunidade de acompanhar e fiscalizar a ação pública.

3.1 Desenvolvimento local x diversificação

A diversificação agrícola é um fator de redução de risco econômico, se comparado à monocultura como fonte de renda. Quando um agricultor familiar cultiva várias culturas – como, por exemplo, feijão, milho, hortaliças, frutas e café – está menos suscetível a oscilação de valores de um único produto e ainda menos vulnerável no caso de ocorrer catástrofes naturais. Outro fator é o autoconsumo de produtos diversificados na agricultura familiar, que pode ser também considerado um fator de segurança alimentar (SIMÃO, 2004).

Moreira & Binotto (2014) destacam que a diversificação de culturas de um território tem potencial para fortalecer a Agricultura Familiar, por diversificar a produção para comercialização e a geração de renda, e ainda contribui para o desenvolvimento local/regional. Os autores ainda destacam que:

Portanto, atribuir novas culturas agrônômicas no fortalecimento na estrutura da Agricultura Familiar, de acordo com as aptidões dos produtores, potencializando a produção de alimentos, bem como a geração de renda, melhor capacitação nos trabalhos e dos recursos disponíveis, condicionam futuros cálculos estatísticos de desenvolvimento, da implantação de inovações produtivas e/ou culturais na propriedade, ficando expresso que as alternativas de atividades são diversas e de acordo com a necessidade da localidade e do produtor. (MOREIRA & BINOTTO, 2014, p.74).

Em uma perspectiva inversa, destaca-se também o Desenvolvimento Local como agente de diversificação, enquanto processo endógeno que almeja criar ou potencializar as vantagens e aproveitar as oportunidades de um território (EULA & SANTOS, 2019).

Assim, a partir da implantação de projetos e programas que apresentam metodologias com essas premissas, colocando como referência as diversas potencialidades econômicas rurais existentes em um território, por consequência, pode ocorrer o fortalecimento e/ou a expansão de culturas agrícolas.

Podendo assim deixar de depender da monocultura, com suas variáveis climáticas e econômicas, e passar a receber renda de outros produtos motivando agricultores familiares a desenvolver a diversificação agrícola.

Simão (2004) relata sobre a importância de estabelecer na agricultura familiar não só a diversificação agrícola – que é a diversificação de culturas – mas também a diversificação rural, na qual são empregadas as atividades que não são apenas do setor primário como, por exemplo, as agroindústrias e turismo. Implantar os dois tipos de diversificação permite ampliar a diversificação de renda e sobrevivência diante as oscilações do mercado e de intempéries naturais, comparado com o a execução de apenas uma atividade predominante – a monocultura.

Ainda de acordo com Simão (2004), a pluriatividade é uma alternativa de diversificação de renda, atividades dentro ou fora da propriedade rural, possibilita a entrada de subsídios para manter a sustentabilidade da agricultura familiar e evitar o êxodo rural. Esse modelo permite um ou mais membros da agricultura familiar, morar e desenvolver atividades agrícolas ao mesmo tempo em que desenvolve atividades não agrícolas. Essas ideias também são defendidas por Perondi & Ribeiro (2000) e Silva (2001), que ainda destacam a alteração da relação cidade – campo, onde a área rural brasileira não se restringe as atividades exclusivamente agrárias. Simão (2004) chama atenção para uma visão macro rural:

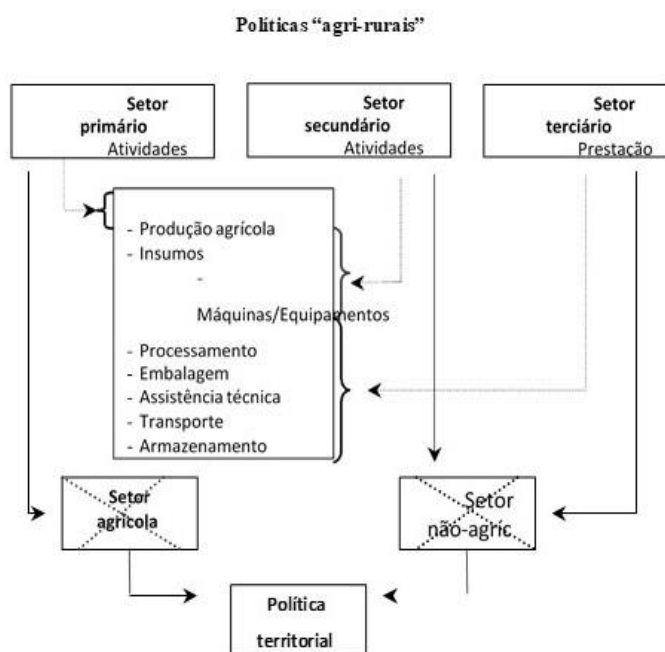
Não deve ser identificado exclusivamente como aquilo que está fora do perímetro urbano dos municípios brasileiros e muito menos como atividades exclusivamente agropecuárias. O rural é necessariamente territorial e não setorial como os programas governamentais propõem e executam (SIMÃO, 2004, p.15).

Para Perondi & Schneider (2011) os agricultores familiares que diversificam a renda de forma intersetorial, para além da unidade de produção obtém maior renda que as famílias que desenvolvem a diversificação de culturas dentro de suas propriedades – restritiva para ‘dentro da porteira’. Também relatam em seus estudos que existe ainda uma demanda de uma política de diversificação do ambiente rural, que diversifica e verticaliza a produção rural e promova uma atmosfera social e econômico para que possa estimular atividades não agrícolas no espaço rural.

De acordo com Simão (2004), a relação cidade-campo entendida como o meio rural constituindo uma extensão do meio urbano e vice-versa, havendo uma integração das atividades agrárias com atividades secundárias e terciárias é a base da agricultura moderna.

A Figura 2, a seguir, retrata, em forma de esquema, a política pública rural apresentada em uma perspectiva macro, tendo como referência a unidade territorial e suas características, desconsiderando a visão setorial. As metodologias dos projetos de desenvolvimento local estudados nesta pesquisa quebram essa dicotomia relatada pela autora. Em um pequeno município rural, como Muqui, transcendem a referência setorial e a perspectiva de política pública rural-urbano.

Figura 2 - Mudança na natureza das políticas públicas setoriais para as políticas territoriais e o fim da dicotomia rural-urbano



Fonte: Simão, 2004.

As políticas públicas desenvolvidas seguindo esse conceito, “visando à superação da dicotomia rural-urbana, principalmente nos municípios rurais, aos quais deveriam ser tratados como integrantes de uma economia rural” (SIMÃO, 2004, p.16) e tendo como referência o território – também chamado pela autora “agri-rural” - e não mais os setores, podem promover o desenvolvimento regional das áreas mais vulneráveis.

4 MUQUI DA TRADIÇÃO DA MONOCULTURA CAFEIEIRA AOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

O sítio histórico de Muqui tombado em 1999 pela Lei municipal nº 070/99 preserva em seus casarios antigos a história do setor cafeeiro, e no interior do município ainda tem conservada as construções das grandes fazendas de café (LOURENÇO, 2017).

Neto (2009) relata que o território capixaba não foi uma área de interesse imediato da Metrópole Portuguesa porque não era inicialmente lucrativa. Quando a centralização econômica passou a ser o eixo Minas Gerais – Rio de Janeiro, sendo regiões produtoras e exportadoras de ouro, fez com que a capitania do Espírito Santo passasse a ser utilizada como uma “trincheira natural das Minas Gerais”. Para inibir o contrabando do metal precioso, a Coroa Portuguesa impediu a abertura de estradas e a criação de vilas no interior da capitania. Por consequência, em meados do século XIX, havia uma pequena área aproveitada pelos colonizadores.

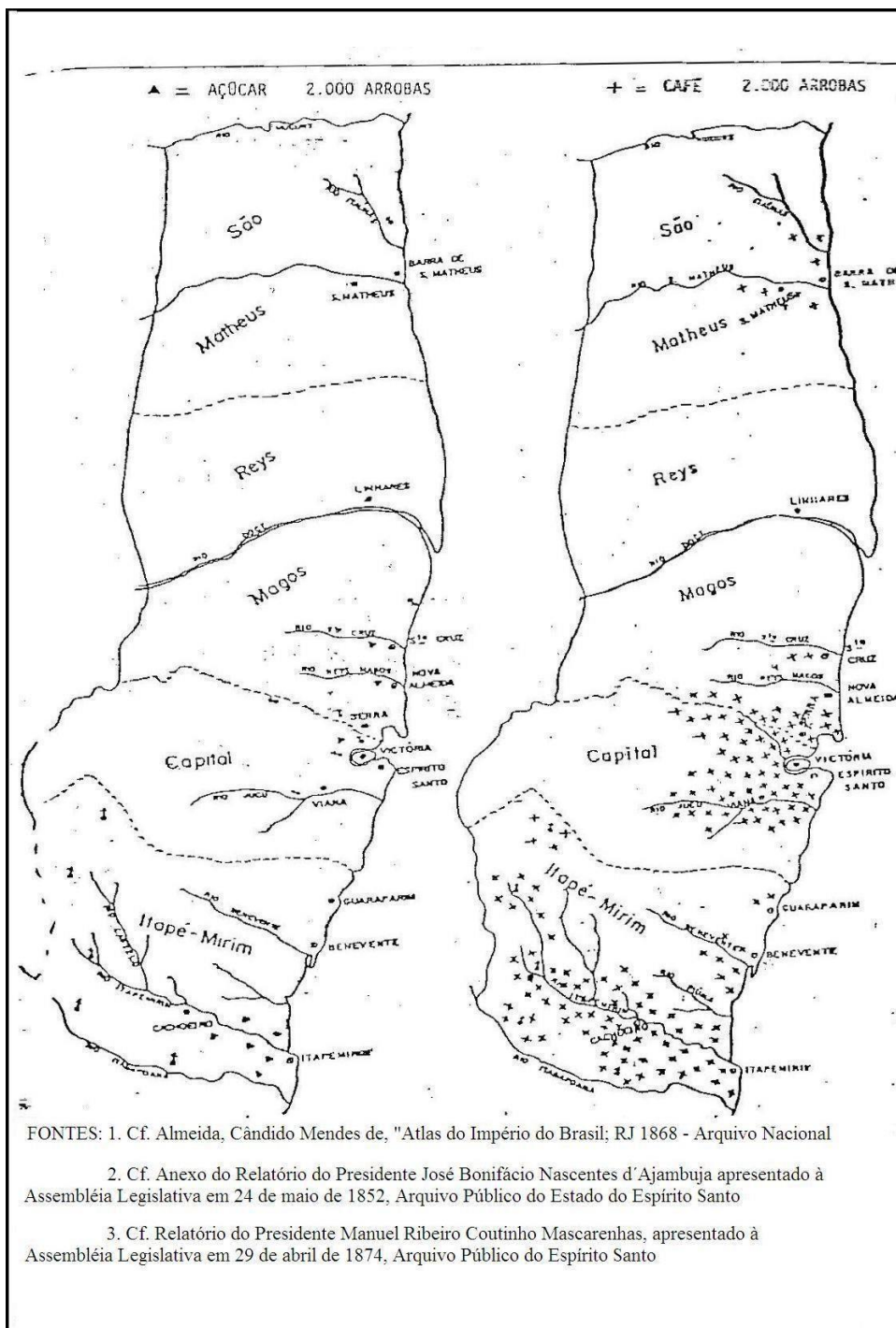
Nessa conjuntura, as terras do município de Muqui ficaram habitadas pelos índios Puris até fins de 1858. O processo de colonização efetivo da região de Muqui iniciou em meados do século XIX, quando grupos de fazendeiros vieram do Vale do Paraíba à procura de novas terras cultiváveis para a expansão do café e muitas fazendas foram sendo estabelecidas na região (MENDONÇA, 1989). Contudo, Lourenço (2017), a partir de escrituras de terras da região, concluiu especificamente que:

Poderíamos afirmar, portanto, que a ocupação do município de Muqui se deu por posseiros solitários como João Corumbá e Henrique Alemão pouco antes de 1840, sendo que Werneck talvez tenha ido à busca de terras após o término do levante escravagista em Paty do Alferes, fixando seu ponto de partida nas terras do Sumidouro bem antes do que se imaginava ou mesmo na melhor das hipóteses em 1849 conforme a escritura acima, providenciando as instalações ao longo de alguns anos e se mudado alguns anos após o nascimento de Octávio José em 1853 (LOURENÇO, 2017, p.35).

Nesse período, o café era a principal atividade econômica do país e os meios implantados para a produção cafeeira potencializaram a formação da cidade de Muqui. Lourenço (2017) relata que o Arraial dos Lagartos, como era chamado antes de se tornar distrito, surgiu em terras das grandes fazendas da Boa Esperança e Entre Morros, às margens do Rio Muqui, hoje nomes de bairros da cidade.

A Figura 03 mostra o mapa da concentração da produção cafeeira, entre os Vales do Itapemirim e do Itabapoana, no Sul do Estado do Espírito Santo. Nesse território está atualmente, entre outras cidades, localizado o Município de Muqui.

Figura 3 - Mapa da produção de café e açúcar no Espírito Santo – 1873



Fonte: NETO (2009).

Lourenço (2017) destaca ainda que, impulsionado pela produção cafeeira foi inaugurado a partir de 1902 a construção da estação ferroviária e do trecho da linha até Muqui, a terceira parada entre Rio e Vitória, o que ampliou a velocidade do transporte e interligou a região do então Arraial do Lagarto aos centros de exportação. A estrada de ferro

foi de fundamental importância para a chegada dos imigrantes de várias nacionalidades e para o desenvolvimento econômico da região.

Para Rambalducci (2013, p.36,) “mais ou menos nessa época novas construções foram aparecendo, novos moradores foram se fixando”. Em seus estudos, a autora revela que a cidade cresceu ao redor da malha ferroviária, impulsionada pela economia cafeeira e nas quatro décadas seguintes surgiram os casarios, companhia de água, energia elétrica, companhia telefônica – com instalação em Fazendas próximas – e um campo de aviação.

Posteriormente, o acúmulo de capitais promoveu também o processo de urbanização, a implantação das fábricas e criou condições para o desenvolvimento do sistema bancário. Em 1928, o Banco Espírito Santo abriu uma agência na cidade. Surgiram nesse período os mais diversos tipos de comércios ligados diretamente à produção cafeeira, desde as pequenas vendas para abastecer a população do Arraial do Lagarto e depois a cidade, até uma concessionária de carros e indústrias.

Segundo Neto (2009), a estrutura fundiária do Estado do Espírito Santo apresenta um quadro anormal dentro da realidade brasileira. A área ocupada por pequenas propriedades rurais representa mais de 44% da área total. Com exceções, que é o caso do Norte do Estado, onde expandiu o agronegócio e foram instaladas Multinacionais, e no extremo sul, reminiscências dos latifúndios cafeeiros, onde está localizado o município de Muqui.

Para Neto (2009), observa-se que há evidências que grandes estabelecimentos monocultores de café na região não eram autossuficientes e não diversificavam a produção, para atender a subsistência das famílias. Essa conclusão ocorreu a partir do inventário da Fazenda Santa Rita (Tabela 1), realizado por Alameda (1982), localizada na época no Vale do Itapemirim, a maior região produtora de café e hoje uma das fazendas mais bem preservadas em sua arquitetura.

Desde o período das elites das grandes fazendas de café até os dias atuais, o município Muqui apresenta como principal atividade agrícola a cafeicultura, de acordo com o INCAPER – Instituto Capixabas de Pesquisas, Assistência Técnica e Extensão Rural (2020). Conforme a classificação de uso do solo realizada com base nas imagens obtidas em 2012, o café ocupa 12% do território muquiense, correspondendo a 80,04% da lavoura permanente de Muqui segundo os dados do Censo Agropecuário, e em seguida a pecuária leiteira. Tratando-se de ocupação do percentual da população do município em atividade econômica, 36,91% estão na atividade agropecuária. Ainda, segundo o INCAPER:

Muqui tem a cafeicultura como a mais importante atividade por ter uma diversidade topográfica e uma amplitude de altitude que varia de 120 a 1000 metros. Essa característica traz ao município condições ideais de produção de café arábica e conilon, tendo o conilon maior expressão produtiva no município (INCAPER, 2020, p.20)

A cafeicultura do município ainda tem uma produção de cafés especiais, Arábica e Conilon, que se destacaram no cenário internacional, sendo duas vezes campeão nacional de qualidade da espécie conilon no ano de 2018, 2019 e segundo lugar em 2020, agregando valor ao produto da agricultura familiar (INCAPER,2020).

Com o tempo, as grandes fazendas de monocultura cafeeira foram sendo substituídas por pequenas propriedades rurais utilizando a mão de obra familiar. Segundo o INCAPER (2020), no município de Muqui, 82,77% dos estabelecimentos rurais são de agricultores familiares (destacado na Tabela 2 a seguir) - incluindo os dois assentamentos rurais e quatro associações rurais contempladas pelo Crédito Fundiário e Banco da Terra.

Contudo esse percentual de agricultores familiares ocupa 13.249⁴ de hectares de área, enquanto apenas 7,33% do número de estabelecimentos de agricultores não familiares e ocupam um total de 10.380 hectares. Revelando a existência ainda de grande concentração fundiária em Muqui (INCAPER, 2020).

Sendo ainda sobre as áreas produtivas, os estabelecimentos com área de até 100 ha predominam a agricultura familiar; as de 100 a 500 ha de área predominam a agricultura não familiar, sendo 37 estabelecimentos com uma área total de 6.889 ha (INCAPER, 2020).

Por esta razão, é importante analisar os dados de produção fazenda Santa Rita no vale do Itapemirim no ano de 1985, a fim de se traçar um padrão comparativo com os estabelecimentos de agricultores familiares e produção atual que apresenta diversificação, se comparado à monocultura cafeeira da época no século XIX, no período da chegada dos primeiros colonizadores.

Tabela 1 – Produção da Fazenda Santa Rita (no Vale do Itapemirim) – 1875

Rendimentos	Despesas
4.500 alqueires de café em coco	28 alqueires de café em coco
1.900 alqueires de milho	2.628 alqueires de milho
24 alqueires de feijão	215 alqueires de feijão
45 alqueires de arroz	87 alqueires de arroz

⁴ No município de Muqui/ES o módulo fiscal equivale a 30 hectares (INCAPER, 2020)

Rendimentos	Despesas
5 alqueires de açúcar	72 alqueires de açúcar
42 1/2 alqueires de farinha	42 ½ alqueires de farinha
4 alqueires de polvilho	-
	112 garrafas de azeite
	4 libras de mercúrio

Fonte: Alamada (1982) (apud, NETO, 2009)

A este respeito, importante analisar os dados referentes à área dos estabelecimentos agropecuários no Município de Muqui no ano 2017.

Tabela 2 - Número e área dos estabelecimentos agropecuários por tipologia, Muqui/ ES, 2017

Grupos de área total	Número Estabelecimento		Área (Hectares)	
	Agricultura familiar	Agricultura não familiar	Agricultura familiar	Agricultura não familiar
Mais de 0 a menos de 3 ha	264	42	498	63
De 3 a menos de 10 ha	469	51	2.646	311
De 10 a menos de 50 ha	244	61	5.745	1.401
De 50 a menos de 100 ha	45	24	3.151	1.716
De 100 a menos de 500 ha	11	37	1.209	6.889
De 500 a menos de 1.000 ha	0	0	0	0
Produtor sem área	2	1	0	0
Total	1033	215	13.249	10.380

Fonte: INCAPER (2020).

Ao realizar a análise, o PIB – Produto Interno Bruto de 2018 de Muqui, segundo o IBGE – série revisada (x1000 – R\$) identifica-se que entre os setores econômicos do município que mais destaca é o setor de Serviços – Exclusive Administração, Defesa, Educação e Saúde Públicas e Seguridade Social e apresenta um valor total de R\$ 81.929,86, e em seguida o setor de Administração, Defesa, Educação e Saúde Públicas e Seguridade Social correspondem a R\$ 68.532,77. Por sua vez, o setor da agropecuária na região corresponde a R\$ 17.645,47 do PIB, enquanto a indústria, com o menor valor é de R\$ 7.940,29.

Segundo o INCAPER, em estudos realizados na elaboração do PROATER 2020/2023, tendo como fonte os dados do IBGE, revelou que 12,95% da composição do PIB do município – valor adicionado bruto a preços correntes em 2017 – estão na agropecuária, o setor de indústria corresponde a 5,18%. Levando em consideração o setor produtivo (não considerando o PIB oriundo da Administração Pública), o setor tem o segundo maior PIB, como demonstra a Tabela 3 a seguir.

Tabela 3 - Composição do Produto Interno Bruto (PIB) do Município de Muqui/ ES: valor adicionado bruto a preços correntes, 2017

ATIVIDADE ECONÔMICA	PORCENTAGEM
Agropecuária	12,95
Indústria	5,18
Serviços – Exclusive Administração, Defesa, Educação e Saúde Públicas e Seguridade Social	42,44
Administração, Defesa, Educação e Saúde Públicas e Seguridade Social	39,41

Fonte: INCAPER-2020.

Mesmo que a atividade cafeeira seja a principal, o município tem outras potencialidades e apresenta diversificação agrícola que pode ser ampliada. Segundo o INCAPER (2020), em Muqui, o clima e o solo, são favoráveis para o desenvolvimento de horticultura, piscicultura e fruticultura. Devido ao fato de o município apresentar um maior número de estabelecimento da agricultura familiar, as lavouras permanentes apresentam grande diversidade de culturas como, por exemplo, a banana, o limão, a tangerina, a laranja e o palmito. Sendo o cultivo de banana a cultura mais presente nos estabelecimentos rurais: 78 de 1072. A laranja, por sua vez, apresenta a maior produção estimada: 140 toneladas, de acordo com a tabela 04 a seguir.

Para ilustrar o que vem sendo exposto, importante observar os dados dos principais produtos de lavoura permanente do município de Muqui no ano de 2017.

Tabela 4 - Principais produtos agropecuários da lavoura Permanente do município de Muqui/ES, 2017

Lavoura	Número de Estabelecimentos	Área Total (ha)	Área a ser Colhida (ha)	Quantidade Produzida (t)	Rendimento Médio (Kg/ha)	Produção Estimada (t)
Banana	78	20	20	108	5.400	108
Limão	3	5	5	1	200	5
Tangerina	4	2	2	34	17.000	34
Laranja	9	10	10	122	12.200	140
Palmito	23	12	12	12	1.000	15

Fonte: INCAPER 2020.

Ainda segundo os dados atualizados do INCAPER (2020), as lavouras temporárias ocorrem de forma consorciada com as lavouras permanentes, principalmente de forma de subsistência, sendo feijão e o milho as maiores áreas cultivadas, em 53 e 71 estabelecimentos, respectivamente. A maior produção em tonelada é de cana forrageira, com uma produção estimada de 226 toneladas, que está presente em 53 estabelecimentos, como mostra a Tabela 5.

Sobre isso, importante observar a tabela a seguir, que trata dos principais produtos agropecuários (o milho feijão, cana forrageira, mandioca, abóbora) da lavoura temporária no Município de Muqui em 2017:

Tabela 5 - Principais produtos agropecuários da lavoura temporária do município de Muqui/ES, 2017

Lavoura	Número de Estabelecimentos	Área Total (ha)	Área a ser colhida (ha)	Quantidade Produzida (t)	Rendimento Médio (Kg/ha)	Produção Estimada (t)
Milho	53	54	54	49	907	49
Feijão	71	34	34	11	323,52	11

Lavoura	Número de Estabelecimentos	Área Total (ha)	Área a ser colhida (ha)	Quantidade Produzida (t)	Rendimento Médio (Kg/ha)	Produção Estimada (t)
Cana Forrageira	10	12	12	226	18.834	226
Mandioca	19	15	15	43	2.870	43
Abóbora	4	3	3	30	10.000	30

Fonte: INCAPER 2020.

Quanto à produção de animais em Muqui, o destaque é para a bovinocultura com a produção de leite e carnes para o mercado regional. Em seguida a suinocultura, a avicultura e apicultura – desenvolvida como diversificação de fonte de renda, com uma produção anual de 4.000 mil kg/ano (Tabela 6).

A este respeito importante analisar a tabela a seguir, que apresenta dados referentes à atividade, número de animais e produção/na de suínos, aves e abelhas no município em 2017.

Tabela 6 - Produção de suínos, aves e abelhas do município de Muqui/ES, 2017

ATIVIDADE	Nº DE ANIMAIS	PRODUÇÃO/ ANO	UNIDADE
Suinocultura	4.622	5.947	Toneladas
Avicultura postura	15.168	47	Mil dúzias
Apicultura	-	4.000	Kg

Fonte: INCAPER (2020).

Ainda existem no município outras atividades relacionadas ao setor de diversificação rural como, por exemplo, o turismo rural, as agroindústrias – dentre os quais se destacam café, doces, geleias, embutidos, cachaça, biscoitos e panificados, como os mais produzidos no município – e a produção agroecológica e orgânica – em fase de transição agroecológica, ou em fase de certificação por meio de Organização de Controle Social – OCS.

Assim, sair do monopólio da cafeicultura e diversificar a atividade agrícola foi muito mais que ampliar as formas de acesso à obtenção de renda, “mas representa, sobretudo, uma

situação em que a reprodução social, econômica e cultural é garantida mediante a combinação de um repertório variado de ações, iniciativas, escolhas, enfim, estratégias” (SCHNEIDER, 2004, p.96).

A partir dessas potencialidades existentes, no município de Muqui foram implantadas políticas públicas com a perspectiva de desenvolvimento local. Por consequência, o município potencializou a diversificação da produção agrícola e a economia da região.

Entre esses projetos foram selecionados para estudo de caso a Feira Livre da Agricultura Familiar, uma iniciativa do Governo Municipal, e o Projeto Apisfrut, uma iniciativa do Governo Federal, tendo o território como unidade de referência.

A feira já existia desde 2002, quando ocorreu a implementação da Lei 056/99 que instituiu a Feira Livre da Agricultura Familiar, regulamentando a situação dos agricultores que já vendiam hortifrutigranjeiros como ambulantes na cidade, em dias variados e de forma insalubre, porém a Feira Livre da Agricultura Familiar - “Um incentivo indispensável para geração de trabalho e renda local”, com a metodologia pesquisada no estudo de caso, foi um projeto implantado em 2003.

A feira era composta por 09 feirantes, que levavam produtos diversificados e de qualidade. Contudo, a população não frequentava com periodicidade o espaço e a feira quase fechou. Desse modo, o Município aprovou a Lei Municipal Nº 207, 2003, o tíquete feira, que consiste na entrega de 01 tíquete semanalmente, para cada funcionário da Prefeitura, atualmente no valor de R\$ 6,00 (seis reais) a serem gastos exclusivamente na Feira Livre da Agricultura Familiar (MUQUI, 2003).

Em fevereiro de 2004 foi implantado o tíquete-feira, e como resultado aumentou o número de pessoas comprando na feira e estimulou a produção e foram inseridos novos feirantes. Foi uma forma de o município contribuir com o Programa Fomo Zero do Governo Federal (MUQUI, 2020).

Todas as ações desenvolvidas foram discutidas em fóruns como orçamento participativo, planejamento estratégico e conselhos municipais, especialmente o de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS). Uma ação que perpassa todas as outras ações e que foi iniciada desde janeiro de 2001 e permanece até os dias atuais é a organização dos agricultores familiares em associações e cooperativas (NUNES, 2007, p.1771).

O segundo projeto do estudo de caso, o de Inclusão Produtiva Rural APISFRUT, foi implantado no ano de 2013, em um dos eixos do Programa Brasil sem Miséria, por meio de termo de cooperação para descentralização entre o Ministério da Integração Nacional e o IFES – Instituto Federal do Espírito Santo (BRASIL, 2013).

De acordo com o documento exposto acima, o público-alvo estabelecia 700 famílias em situação de extrema pobreza nas áreas rurais de 30 municípios. O projeto tinha como objetivo desenvolver ações para erradicação da pobreza, oferecendo instrumentos para que a população em situação de vulnerabilidade pudesse ser inserida na cadeia produtiva, por meio da apicultura e a fruticultura integrada – já existente na propriedade, como pasto apícola. Implantando uma atividade sustentável do ponto de vista econômico, social e ambiental (BRASIL, 2013).

Assim, com o foco de promover o desenvolvimento local em áreas de maior vulnerabilidade, foram contemplados os municípios que tivessem associação de apicultores ativa e não estivessem classificados como de renda alta; pelo potencial desses empreendimentos de promover a qualidade de vida, conquista da cidadania e de renda das famílias inseridas (BRASIL, 2013).

E as famílias, além das exigências de âmbito social, deveriam residir nos municípios selecionados e próximos aos núcleos de apicultura, ter maioria civil, não ser alérgico a insetos, interesse na atividade, participar da associação de apicultores do município e disponibilidade para participar de capacitação, reuniões (BRASIL, 2013).

Em Muqui, foram contemplados os apicultores com perfil citado acima e apadrinhados pelos apicultores da Associação de Apicultores de Muqui e Adjacências. A apicultura da região, além do projeto Apisfrut, recebeu investimentos externos com objetivo de potencializar o setor produtivo local. A associação fundada em 23 de novembro de 2005 foi regulamentada e recebeu recurso do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – CONSAD da Bacia do Itabapoana, para a construção de um Entrepasto de Mel (Associação de Apicultores de Muqui e Adjacências, 2005).

Nesse sentido Ortega (2007) relata que os CONSADs constituem em uma proposta alternativa de descentralização e desenvolvimento territorial rural, que realizam diagnósticos e escolhem projetos intermunicipais de desenvolvimento e o Governo Federal financia os projetos deliberados.

5 OS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE MUQUI: UM ESTUDO DE CASO

Ao aprofundar a concepção metodológica dos dois projetos e comparando com a teoria descrita no capítulo um, pode-se destacar como característica de política para o desenvolvimento local: o processo endógeno; as potencialidades do local como referência para a atividade econômica: o Apisfrut – apicultura, e a Feira da Agricultura Familiar – olericultura; a participação da sociedade civil; o desenvolvimento ambiental sustentável; e a promoção da renda e da qualidade de vida.

A apicultura é uma atividade desenvolvida com apoio da Associação de Apicultores com um entreposto para beneficiamento dos produtos apícolas, construído com verba pública do Governo Federal via CONSAD, por estar em um território vulnerável. A olericultura, por sua vez, está presente nas propriedades rurais muquiense e antes da criação da Feira livre havia ambulantes vendendo individualmente nas ruas, sem infraestrutura e organização.

O projeto APISFRUT foi constituído por meio do Programa de Incubação Social de Base Tecnológica do IFES. A instituição oferece possibilidades de ensino, pesquisa e extensão para a comunidade de acordo com as potencialidades da região; e “a Incubadora de Empreendimentos do IFES é um ambiente desenvolvido especialmente para abrir negócios voltados a projetos, empresas, startups e outros arranjos para a promoção da inovação” (BRASIL, 2013, p.4), com o objetivo de:

Fortalecimento local e regional, por meio do incentivo ao empreendedorismo, da formação de empreendedores, e da geração de empreendimentos com aporte de capacitação, acompanhamento e de soluções tecnológicas, com ênfase na tecnologia social. Seu caráter orgânico-institucional integra as ações de Extensão, Pesquisa e Ensino por meio de vivências efetivas na relação teoria-prática proporcionadas na execução de projetos que visam o desenvolvimento produtivo, econômico e social das comunidades, oferecendo apoio à gestão de arranjos produtivos, sociais e culturais locais (BRASIL, 2013, p.1).

A metodologia do APISFRUT adequa-se, além do conceito geral já descrito, à proposta de sustentabilidade ao desenvolvimento local de Kronenberg (2019), quando propõe a formação de Redes. Além do apoio de entidades da sociedade civil: FECAPIS – Federação Capixaba de Associações de Apicultores e das associações municipais tomou parte as seguintes entidades:

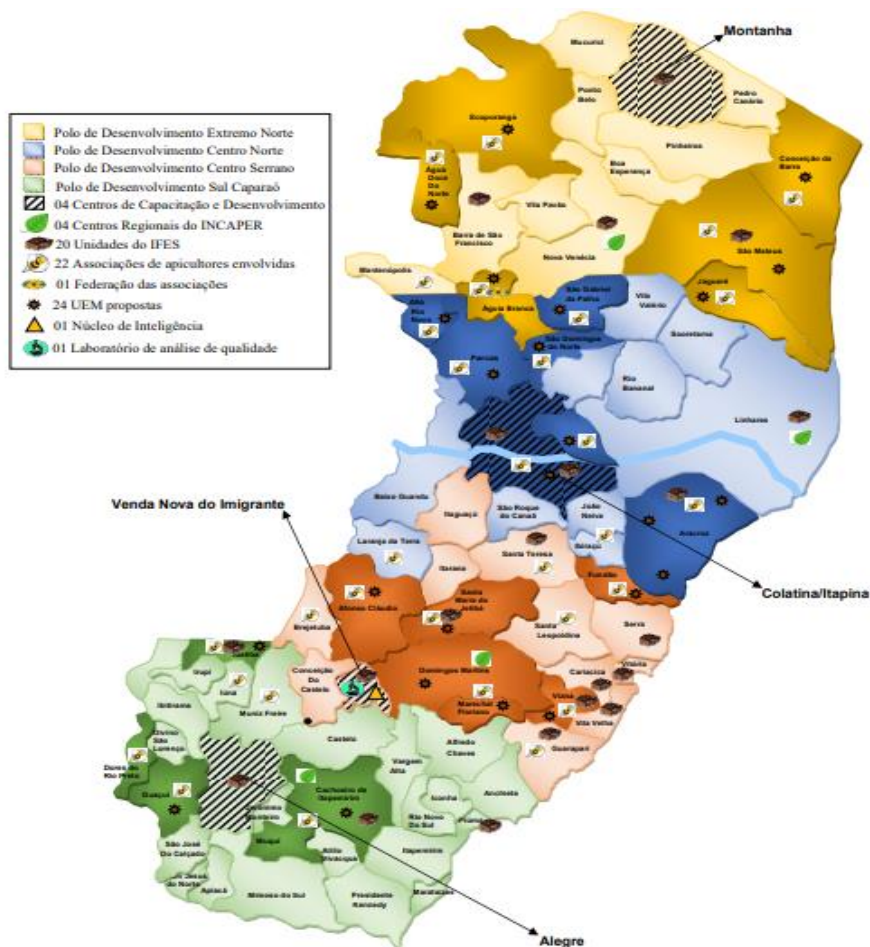
- MI - Ministério da Integração contribuirá com o aporte financeiro para a implantação das estruturas físicas necessárias para o Apisfrut.
- MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento e o IDAF – Instituto de Defesa agropecuária e Florestal do Espírito Santo poderão contribuir com o apoio e a regulamentação das estruturas de beneficiamento.
- SEAG – Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Aquicultura e Pesca e o INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural poderão contribuir com a distribuição de mudas, pesquisa, capacitações e assistências técnicas.
- SEBRAE-ES – Serviço de apoio ao micro e Pequenas Empresas do Espírito Santo poderá contribuir com consultorias e capacitações.
- SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural poderá contribuir com as capacitações.
- SEADH – Secretaria Estadual de Ação Social e Desenvolvimento Humano poderá contribuir com a localização e acompanhamento das famílias / público-alvo do projeto.
- Prefeituras Municipais envolvidas contribuirão na mobilização e na articulação do público local, viabilizando o local para as capacitações, deslocamento dos produtores, quando necessário e cessão das áreas para as construções planejadas no projeto. (BRASIL, 2013, p.3).

A Rede de parcerias também foi estabelecida em âmbito municipal, tendo como referência as associações de apicultores, a Secretaria Municipal de Agricultura, Sindicato Rural, os escritórios locais do Incaper e a Secretaria de Assistência Social.

O Apisfrut estabeleceu como referência para atuação os territórios mais vulneráveis, priorizando o desenvolvimento regional com equidade. Propôs a inclusão social das famílias na cadeia produtiva da apicultura no Espírito Santo (BRASIL, 2013). Essa metodologia adequa ao conceito de Buarque (2008) quanto ao dinamismo econômico, eficiência e competitividade, para promover o desenvolvimento local.

A figura 04 a seguir descreve o mapa da cadeia apícola, com os municípios inseridos no Apisfrut, os Polos de Desenvolvimento por região, Centros de capacitação e Desenvolvimento, os locais que estavam previsto a construção e equipagem das Unidades de Extração de Mel-UEM, Núcleo de Inteligência e Laboratório de análise de qualidade e demais entidades da Rede apícola: Associação de apicultura, Federação da apicultura e Centros regionais do INCAPER e Unidades dos IFES.

Figura 4 - Mapa da cadeia apícola – Projeto Apisfrut



Fonte: IFES (2018) (Apud. IBA – Instituto Brasileiro de Apoio ao Desenvolvimento Social e Econômico, 2018).

Para dar sustentabilidade ao projeto foi elaborada a metodologia do Apadrinhamento Rural Solidário, no qual um apicultor atuaria como agente multiplicador, realizando o acompanhamento técnico durante o processo de inclusão produtiva das famílias na apicultura. Para incluir as famílias na cadeia produtiva da apicultura, estava previsto a entrega de 700 kits de apicultura básicos e 100 kits de apicultura avançado; construção e equipagem de 30 unidades de extração de mel, 01 *Packing House* e um laboratório de análise de qualidade; equipagem de 01 unidade de beneficiamento de própolis, 01 unidade de beneficiamento de pólen, 01 entreposto apícola regional, 01 escritório de inteligência competitiva e 30 escritórios para associações municipais (BRASIL, 2013).

O aspecto ambiental sustentável de uma atividade agrícola é um ponto convergente na definição de desenvolvimento local para Buarque (2008) e Kronenberg (2019). Para Prediger

e Ahlertb (2019) “A produção de base ecológica da apicultura pode ser exemplo para a preservação do meio ambiente, pois as abelhas somente subsistem onde a natureza está em equilíbrio, com água potável, flora abundante e ar adequado” (PREDIGER e AHLERTB, 2019, p.77). E complementam relatando que:

Como atividade agrícola, a apicultura é uma das alternativas de diversificação do meio rural, que melhora o desenvolvimento econômico, além de as abelhas serem as principais indutoras de produção de alimentos através da polinização. Além disso, a apicultura pode ser desenvolvida com baixos investimentos e custos operacionais, trazendo produtos naturais e de alto valor de mercado, sobretudo, quando os apiários estão localizados em mata nativa, longe da agricultura convencional, e sendo manejado em condições adequadas, há a possibilidade de produção do mel orgânico, que tem um alto valor de mercado nacional e internacional (PREDIGER e AHLERTB, 2019, p.77).

Para Miranda (2019) a apicultura é uma atividade sustentável, porque proporciona benefícios econômicos, sociais e ambientais:

- Apresenta baixo custo e alta lucratividade;
- Pode ser desenvolvida de maneira consorciada com outras atividades;
- Contempla os pilares da sustentabilidade;
- Constitui-se numa excelente alternativa para a promoção do desenvolvimento rural sustentável;
- É uma atividade que representa possibilidade real de negócio e inclusão social;
- É relevante porque contribui fortemente para disseminação da consciência ambiental;
- É uma atividade indispensável para manutenção da biodiversidade, face à capacidade polinizadora apresentada pelas abelhas;
- Não destrói, não desmata, nem polui e contribui na preservação e manutenção do equilíbrio ecológico (MIRANDA, 2019, p.45)

Para Buarque (2008) a administração pública precisa promover uma política eficiente, com capacidade e implementar investimentos para tornar a economia local dinâmica, sem dependência financeira externa. Nesse sentido, identifica-se na metodologia da Feira iniciativas nessa perspectiva: inserção do tíquete; a mobilização dos agricultores e organização do local de comercialização em dias e horários específicos, e incentivos às agroindústrias artesanais para que passassem a fazer parte da feira (MUQUI, 2020). Posteriormente, nos anos de 2006 e 2007, o Município promoveu visitas técnicas a outros municípios para incentivar a produção agroecológica; e a realizar distribuição de sementes agroecológicas, jalecos e bonés brancos para identificar a todos os feirantes (MUQUI, 2020).

Atualmente muitos agricultores do Estado do Espírito Santo e de outros Estados, buscam experiências do Projeto Feira Livre da Agricultura Familiar de Muqui com o Tíquete-feira para levar para o seu município (MUQUI, 2020).

Para dar autonomia aos feirantes e dar sustentabilidade ao projeto, o Município e o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS incentivou a criação de uma associação. Deste modo, em 2005 foi criada a Associação dos Feirantes, que passou a representar os agricultores na organização, em conjunto com a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente (MUQUI, 2020), o que permitiu maior participação popular e governança democrática, descentralização das decisões e promoção de capital social, como descreve Kronenberg (2019), como fatores para a sustentabilidade do desenvolvimento.

5.1 Análise dos dados da pesquisa de campo

Realizou-se uma avaliação dos impactos socioeconômicos e de qualidade de vida, por meio de uma análise dos dados quantitativos e qualitativos coletados nas entrevistas com 08 agricultores – sendo 05 do Projeto Apisfrut e 03 do Projeto Feira Livres da Agricultura Familiar. Reduziu-se a amostragem estudada como estratégia para evitar a propagação do vírus da COVID-19, em período de pandemia. Devido ao baixo quantitativo de entrevistas não se realizou percentual.

Dividiu-se os entrevistados em dois grupos de acordo com os projetos: PA – Projeto Apisfrut e PF – Projeto Feira Livre da Agricultura Familiar e analisou-se os dados de frequência para os dados estruturados e análise de fenomenologia nos dados obtidos por meio de questões abertas, descrevendo o impacto socioeconômico da atividade no grupo familiar e as relações familiares de trabalho.

Tais dados podem ser analisados nas tabelas a seguir, iniciando com a 07 APISFRUT, e na tabela 08, Feira-Livre, que apresentam a experiência com a atividade e produções no município estudado.

Tabela 07 - Apisfrut - Experiência com a atividade x produção

Apicultor	Desenvolve a atividade antes de ser inserido no projeto	No caso de já produzir, com a inserção no projeto conseguiu ampliar a produção
Não desenvolvia a atividade	3/5	-
Sim, para consumo e comercializava	2/5	3/3
Total	5/5	3/3

Fonte: Autora, 2021

No estudo de caso, entre as famílias inseridas no projeto Apisfrut 3/5 não desenvolviam a apicultura na época. Dos dois que já produziam, todos conseguiram aumentar a produção, conforme Tabela 07.

Entre os agricultores feirantes, essa porcentagem foi maior, 2/3 não participavam de feiras, e da mesma forma que os apicultores, o 1/3 que tinha experiência, aumentou sua produção. Tais dados são demonstrados na tabela 08, que explicita um comparativo entre a experiência com a atividade e produção na Feira Livre da Agricultura Familiar.

Tabela 08 - Feira Livre da Agricultura - Experiência com a atividade x produção

Feirante	Desenvolvia a atividade antes de ser inserido no projeto?	No caso de já produzir, com a inserção no projeto conseguiu ampliar a produção?
Não desenvolvia a atividade	2/3	-
Sim, para consumo e comercializava	1/3	3/3
Total	3/3	3/3

Fonte: Autora, 2021.

No grupo do PA, dos 3/5 dos entrevistados que receberam o kit inicial e não tinham experiência com a atividade, apenas um pediu apoio técnico a outros apicultores e conseguiram desenvolver a atividade, conforme Tabela 09 a seguir. Os demais declaram que receberam a capacitação, mas não tiveram acompanhamento técnico, como estava previsto na metodologia. “Tenho as caixas guardadas, quero muito colocar, porque produzo café (...), entendo a importância da apicultura para o meio ambiente e a diversificação” relatou um dos entrevistados do PA. Outro também verbalizou que “não tenho o material todo mais, acabei desanimando, mas queria muito aprender”.

Comparando os resultados dos dois projetos, percebe-se que a olericultura é mais comum entre os agricultores de Muqui que a apicultura. Para o PA alcançar seus objetivos a assistência técnica especializada constitui um aspecto fundamental. Sem ela os que ainda não exercem a atividade têm uma dificuldade de inserção, o que pode levar a pouca eficiência do esforço público para a inclusão do projeto.

Isso não acontece no PF. A olericultura tem maior inserção devido às facilidades em relação ao cultivo, uma vez que a atividade é similar ao que já é praticado na agropecuária de

subsistência, tornando o PF mais eficiente na inclusão de novos empreendedores e por consequência apresentando maior sucesso na implantação do projeto.

Assim, o PA na forma que foi conduzido, mostrou-se menos eficiente na inclusão de novos empreendedores. E numa situação de escassez dos recursos públicos, para a inclusão de uma nova atividade no município, o PF se torna mais atraente.

Apresenta-se, então, a tabela 09 com os dados sobre a implantação dos apiários do grupo da PA, a partir da utilização do kit de apicultura, que foi composto por equipamentos de segurança (01 par de botas, 01 macacão completo e luva para apicultura emborrachada) e material de produção (10 colmeias langstroth pinha parafinada completa, fumigador, formão, cera alveolada, carretilha soldadora, esticador de arame e caneca soldadora) (BRASIL, 2013).

Tabela 09 - Implantação dos apiários do Programa Apisfrut no município de Muqui

Desenvolvia a atividade antes de ser inserido no projeto?		Conseguiu implantar os apiários
Não	3/5	2/5
Sim	2/5	3/5
Total	5/5	5/5

Fonte: Autora, 2021.

Entre os agricultores que já eram apicultores, identificou-se que desenvolviam a atividade no grupo familiar há algumas décadas. Na pesquisa documental, levantou-se informações nas atas da associação, e se constatou que o município possui a cultura da atividade e aptidão apícola.

Contudo, observou-se uma sequência de erros na formação da associação e na implantação do entreposto de mel no município de Muqui, que podem ter influenciado na inserção das famílias no Projeto Apisfrut, à medida que não estavam preparadas para apadrinhar novas famílias.

O primeiro erro foi na implantação do entreposto. Os apicultores reivindicavam ao Poder Público Municipal, a construção de uma Casa de Mel, próximo à área que havia a maior parte dos apicultores. No entanto, decidiu-se que a partir do Consad da região, que o valor iria para um entreposto na sede do município, para atender todos os municípios (Associação de Apicultores de Muqui e Adjacências, 2005).

Esta nova construção tem uma infraestrutura não compatível com a atividade apícola local: pouco volume de produção e necessidade de Casa de Mel próximo ao pasto apícola. E hoje, uma reclamação dos apicultores durante a entrevista foi a logística – a distância do entreposto para o beneficiamento do mel.

Para receber o recurso, precisaram organizar uma associação. Da mesma forma que solicitaram recurso para a construção de uma Casa de Mel e receberam para a construção de um entreposto, também a criação da associação não ocorreu por um processo de necessidade associativa dos apicultores.

Quando chegou o Apisfrut, com a proposta de inclusão produtiva, ampliando o número de apicultores, onde os associados seriam os padrinhos, houve outro erro. Possuíam uma grande infraestrutura, a maior do Estado, mas continuavam precisando do básico para desenvolver a atividade em uma cadeia produtiva: gestão associativa, infraestrutura com logística de produção. Desta forma, não ampliaram a produção para dar volume e também não conseguiram agregar os municípios vizinhos.

O entreposto acaba não sendo viável economicamente. Com uma capacidade ociosa, não possui um volume suficiente de produção, para suprir os gastos do empreendimento – necessitando do apoio do governo municipal para custear gastos periódicos, como energia elétrica e água, por exemplo (Associação de Apicultores de Muqui e Adjacências, 2005).

Quanto aos benefícios alcançados com a participação nos projetos estudados, conforme tabela 10, 3/5 dos agricultores entrevistados do grupo do PA e 3/3 do PF aumentaram o envolvimento familiar com a atividade agrícola, a produção, o envolvimento com outros grupos sociais (consumidor, associados etc.); e o rendimento; e ainda melhorou a qualidade da alimentação da família.

Contudo, no grupo de apicultores, por sua vez, a participação popular e o sentimento de pertencimento dos agricultores com a atividade que foi inserido ficaram menos evidentes nas entrevistas.

Ainda, do grupo de 3/5 do PA que declararam como benefício de inserção ao programa, para 2/5 o aumentou do envolvimento com outros grupos sociais, enquanto todos entrevistados do grupo da PF fez essa declaração na entrevista (Tabela 10). Entre o grupo de pessoas inseridas no Apisfrut que não conseguiu esse benefício estão: os 2/5 que não conseguiram implantar os apiários e 1/5 de quem já era apicultor.

Entre os entrevistados do grupo do PA, 3/5 ampliaram a renda. Apurou-se também que quem já era apicultor trocou o material, que estava deteriorado, e ampliou a quantidade de enxames. Os novos apicultores e os antigos destinam a produção para os mercados da cidade,

venda no varejo, CDA – Compra Direta da Agricultura Familiar e no atacado em parceria com a associação de apicultores.

A seguir esses dados de benefícios recebidos por aqueles que foram incluídos no projeto de Desenvolvimento Local, compilados na Tabela 10.

Tabela 10 - Benefícios recebidos pelos beneficiários com a inclusão no projeto de Desenvolvimento Local

Benefícios recebidos com a inclusão no projeto	Projetos	
	Apisfrut	Feira Livre
Maior envolvimento familiar	3/5	3/3
Aumentou rendimento da produção	3/5	3/3
Melhorou a alimentação familiar	3/5	3/3
Maior envolvimento com outros grupos sociais	2/5	3/3

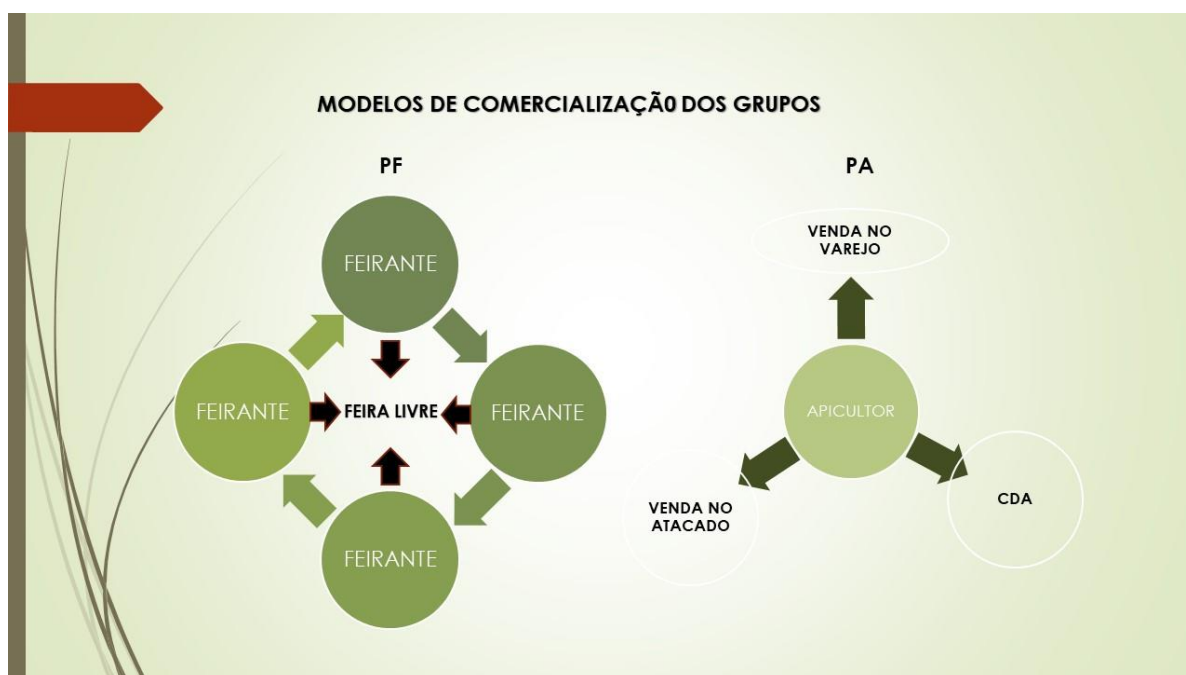
Fonte: Autora, 2021.

A partir desses dados, conclui-se que, de modo geral, o PF apresentou mais benefícios para os agricultores do que o PA (mesmo considerando apenas os que foram inseridos) analisando aspectos como: aumento do envolvimento com grupos sociais, melhoria na alimentação familiar no rendimento.

Um maior envolvimento do grupo da PF deve-se também a característica de comercialização da própria Feira. Os grupos sociais em comum entre os dois projetos são a família e a associação. Nos dois casos, a associação apresenta fragilidades. A etapa de produção de ambos grupos ocorre de forma coletiva dentro do grupo social familiar.

Ao contrário, quanto ao modelo de comercialização dos grupos, observou-se diferença. Entre os apicultores, mesmo que haja o contato social com os compradores, essa etapa ocorre em ambiente individualizado, enquanto os feirantes vendem num ambiente comum, conforme Figura 05 a seguir. A metodologia reuniu o mesmo grupo de agricultores, para vender os seus produtos. Além do contato direto com o público, o espaço único de comercialização promoveu um encontro semanal com os feirantes e tornam as relações sociais mais contínuas, interativas e durante quase duas décadas.

Figura 5 – Modelos de comercialização dos grupos do PA e do PF



Fonte: Autora, 2021.

Os feirantes mantêm uma relação social com o grupo, expressando sentimentos de família e/ou comunidade, mesmo que a associação não exista como entidade oficial, e tenham divergências com os feirantes que revendem produtos. Verbalizaram que os mais novos aprendem com os mais velhos, e ainda “criou vínculos de amizade, hoje se tornaram uma comunidade” disse um dos entrevistados do PF.

E mesmo diante das dificuldades encontradas a atividade manteve-se sustentável. “A feira tem tido muitos problemas, mas o principal ator é o feirante” diz o entrevistado. Confirmando essa afirmativa, observou-se que todos os entrevistados entraram para a feira nos primeiros dois anos que o programa foi criado. O agricultor que não estava no período em que a Feira da Agricultura Familiar se constituiu, entrou por meio de familiar que participou desse processo inicial – pai ou filho, por exemplo.

Ainda, de acordo com os entrevistados, os demais colegas que persistiram, são feirantes antigos. “Os feirantes que ficaram até o final ficaram por prazer, porque gostam de ser feirante” conclui um entrevistado. Este fato pode ser uma indicação de interação e de capital social desenvolvido pelo grupo.

Quanto à melhoria na qualidade da alimentação, o feirante, ao diversificar a produção para vender para a feira, aprimorou a aspecto nutricional da alimentação, devido à variedade de fontes de vitaminas. No caso dos novos apicultores, inseririam mel na alimentação.

Contudo, o mel ainda é utilizado na maior parte das vezes, entre os familiares, como medicamento.

E quanto ao rendimento, o último item da Tabela 10, no PA um grupo de apicultores ainda não encontrou mercado para o mel e seus derivados. Esse fato deve-se provavelmente ao distanciamento entre os associados, entre a troca de experiência, promoção e atividades de inclusão dos produtores na cadeia apícola.

Todos os entrevistados que implantaram os projetos relataram que com a renda que obtiveram compraram bens duráveis e não duráveis. “A feira é uma oportunidade de renda, de emprego e permanência na roça” relata o entrevistado do grupo do PF. Com a diversificação rural por meio da feira, o agricultor familiar criou alternativas de crescimento na atividade agrícola e uma renda extra na comercialização dos seus produtos, o que pode motivar a família a permanecer na zona rural.

Mesmo que o valor do tíquete nesses 19 anos esteja defasado, que tenha aumentado apenas de R\$ 3,00 semanais para R\$ 6,00, ele ainda permite o valor protegido. Os feirantes produzem com a garantia de venda e recebimento de sua mercadoria. “É diversificar a produção com planejamento” disse outro entrevistado. Assim pode planejar, estabelecer a quantidade da produção rural no decorrer do ano e realizar investimentos, como também a compra de bens para a família. Como descreve a Tabela 11 que apresenta o impacto dos projetos no comércio local no que se refere à compra de bens de consumo duráveis.

Tabela 11 - Compra de bens de consumo após a inclusão no projeto de Desenvolvimento Local

Com o rendimento do projeto, ampliou a compra de bens de consumo duráveis, não duráveis no comércio local	Projetos	
	Apisfrut	Feira Livre
Sim	3/5	3/3
Não obteve renda	2/5	-
Total	5/5	3/3

Fonte: Autora, 2021.

Pode ser observado que ambos os projetos tiveram impacto no comércio local em relação à venda de bens de consumo não duráveis. Com o rendimento do projeto, 3/5 dos

entrevistados do PA e 3/3 do PF conseguiram comprar bens de consumo duráveis, não duráveis no comércio local (alimentos, roupas e eletroeletrônicos). Entre os que não conseguiram comprar, são os agricultores que não conseguiram produzir mel com os equipamentos.

Conforme indica Buarque (2008), desenvolver o local é criar menor dependência do capital externo, gerando dinamismo econômico. De uma forma geral os recursos públicos destinados para esses projetos se mantêm no território, e também é potencializado como, por exemplo, o tíquete implantado na feira; e com os produtos apícolas vendidos para o CDA: o valor investido no Município retorna para o Município.

Nesse caso, o PF apresenta mais uma vantagem perante o PA. O tíquete é um valor pago aos servidores, que é reinvestido totalmente na feira, desenvolvendo o local e promovendo dinamismo econômico.

Entre os grupos que relataram como benefício o maior envolvimento familiar (Tabela 10), revelaram também que os familiares participaram do projeto. Sendo desse total, os 3/3 do grupo do PF e 3/5 do grupo do PA. Entre esses familiares estão os pais, os irmãos e esposos (as) dos agricultores de referência do projeto.

Os 2/5 de entrevistados, que os membros da família não participaram do projeto, estão os agricultores que também não conseguiram implantar os apiários, como descrito na Tabela 12, que se apresenta a seguir.

Tabela 12 - Membros da família participaram do projeto de Desenvolvimento Local

Membros da família participaram do projeto	Projetos	
	Apisfrut	Feira Livre
Sim	3/5	3/3
Não	2/5	-

Fonte: Autora, 2021.

Os apicultores revelaram que aumentou o número ou a qualidade das melgueiras, deste modo precisaram ampliar a mão de obra, e por consequência os membros da família passaram a ficar maior tempo juntos fazendo o manejo, a colheita e o beneficiamento do mel, como também houve a necessidade de incluir mais pessoas do grupo familiar desenvolvendo a

apicultura. “O pai passou a ajudar, passam mais tempo juntos, e o pai passou a gostar da atividade”, disse o entrevistado do PA.

Os agricultores do grupo (PF) relataram que a família participa em pelo menos uma das etapas da atividade econômica: de produção ou de venda. Destaca-se, assim, a principal característica da agricultura familiar: desenvolver a atividade agrícola com a mão de obra familiar e em benefício dela.

Se forem comparados os ganhos econômicos com a qualidade de vida propiciada pela atividade, todos os entrevistados, 3/3 do PF relatam que se sentem felizes em estar na feira, encontrar as pessoas, conversar e sentir valorizado em seu trabalho. “O motivo de gostar de ficar tanto tempo foi o gostar de plantar e ir vender, sem agrotóxico” diz um entrevistado.

Quanto o grupo do PA, os todos que receberam os kit’s e estão produzindo mel, informaram que se sentem felizes com a atividade. Contudo, o fato refere-se à execução da atividade apícola em si, ao contrário dos entrevistados do PF, que verbalizaram que se sentem felizes ao produzir o alimento predomina em suas falas o aspecto do relacionamento interpessoal com os demais membros da feira, das instituições afins e frequentadores do espaço da Feira Livre da Agricultura Familiar. Os apicultores sentem-se encantados com as relações ambientais da atividade. “É um trabalho perfeito. É bonito de ver o inseto fazendo o trabalho. É a importância da apicultura para o meio ambiente”, diz o entrevistado do PA.

A felicidade em exercer a atividade está relacionada, nos dois casos, com a qualidade de vida propiciada por ela. Mesmo sendo um resultado intangível, o rendimento ganha uma menor notoriedade na da mesma.

A Tabela 13 apresenta esses dados que descrevem os sentimentos dos beneficiários que exercem as atividades de ambos os projetos.

Tabela 13 - Sentimentos das pessoas em desenvolver a atividade do projeto de Desenvolvimento Local

Sentimentos positivos das pessoas em exercer a atividade*	Projetos	
	Apisfrut	Feira Livre
Sim	3/3	3/3
Não	-	-
* Quem está exercendo		

Fonte: Autora, 2021.

Apesar dos resultados positivos encontrados na pesquisa, o PF e o PA, apresentam problemas. Segundo exposto pelos entrevistados, que anteriormente a pandemia alguns fatores ocorridos já desanimavam os feirantes.

O desenvolvimento local é um processo endógeno e é conduzido pelas potencialidades, ao mesmo tempo em que sofre influência das fragilidades do território (HESPANHOL, 2010). Nesse aspecto, a partir dos resultados do estudo de caso identificou-se três problemas comuns a ambos os projetos de desenvolvimento local estudado: a descontinuidade das políticas públicas, associações fragilizadas, e verba pública utilizada de forma irregular.

A seguir, foram relatados esses problemas e sugeridas as alterações nas metodologias, a partir dos princípios teóricos estudados. Relataram-se sugestões de maior impacto e também houve sugestões mais específicas que podem contribuir na implantação desses projetos em outros locais, ou para contribuir com o que está em andamento.

Contudo, há sugestões generalizadas que podem ser comuns a todos: como o desenvolvimento de redes de parcerias para contribuir para a sustentabilidade, criar mecanismos de controle para aprimorar esses projetos e governança democrática e promoção do associativismo.

O primeiro problema encontrado foi a descontinuidade das políticas públicas. Em mudança de governo pode existir mudança de direcionamento das políticas públicas e consequente descontinuidade das ações. Esse fator pode ter interferido nos projetos da Feira Livre (uma política pública municipal) e o Apisfrut (uma política pública federal), que foram implementados e posteriormente não houve investimento financeiro para dar continuidade aos projetos, conforme previsto na metodologia.

Em 2015, houve a interrupção de repasse de recursos do Ministério da Integração Nacional ao IFES, para dar continuidade ao projeto Apisfrut, devido aos cortes orçamentários. Dos R\$ 13 milhões aprovados no orçamento, apenas R\$ 3,8 milhões foram repassados para ao Instituto (XAVIER, 2019).

No caso da Feira Livre da Agricultura Familiar o tíquete-feira não aumentou o valor de acordo com a inflação, manteve-se R\$ 6,00; houve a precarização do ambiente de trabalho: as bancas e os materiais continuaram os mesmos nesse período, segundo relato dos feirantes.

Os agricultores também verbalizaram que deixaram de ter apoio técnico do Município e que as bancas, utensílios e local não são mais adequados: “as políticas públicas nas gestões passadas não priorizaram a agricultura familiar” disse um entrevistado. Outro acrescentou da dificuldade de orientações técnicas da Administração pública municipal para participar dos

programas governamentais: “tenho dificuldade para entregar para a compra governamental e ter a agroindústria regularizada, a prefeitura não apoia mostrando os caminhos”, disse o entrevistado.

Uma dificuldade encontrada pelos feirantes para produzir alimentos, está na assistência técnica para melhorar a qualidade, “estamos buscando alternativas para combater as pragas sem agrotóxicos, mas falta assistência técnica para quem quer cultivar tradicionalmente”, diz o agricultor.

O Projeto Apisfrut por sua vez, sem o investimento inicial previsto, não fez acompanhamento contínuo das famílias, o que era a metodologia prevista para dar sustentabilidade: o Apadrinhamento Rural Solidário, por exemplo, não foi colocado em prática no município. Segundo relato dos apicultores, “uma pessoa da associação é designada para fazer essa atividade, de forma remunerada, mas a pessoa não consegue atender a todos”, diz o entrevistado.

Os dois projetos apresentaram uma metodologia dependente do Poder Público, porque em ambos os casos, quando houve a descontinuidade da política, afetou a sustentabilidade dos empreendimentos. Mas, de uma forma mais severa, essa dependência ocorreu com o Apisfrut devido à dependência técnica mais especializada da apicultura e por não ter o capital social e a interatividade desenvolvidos na mesma intensidade dos feirantes, que mantiveram o grupo unido diante das dificuldades.

Tem-se vários exemplos de subsídios até em países desenvolvidos. O fato de ser dependente do Poder público não seria um problema, se não houvesse a descontinuidade das ações na mudança de chefes do executivo municipal e estadual ou ainda de empresas. Todavia os projetos analisados corroboram Franco (2011), que cita entre os problemas práticos ocorridos com as metodologias de inferência do desenvolvimento local aplicadas no Brasil e em outros países estão a descontinuidade do projeto por troca do dirigente, ou por saída do agente de desenvolvimento local ou ainda por dificuldade de remuneração do agente.

Diante das fragilidades encontradas nos projetos, torna-se fundamental elaborar uma metodologia de desenvolvimento local, atentando para o processo socioeconômico, político e cultural que formou o território, e a metodologia que dará sustentabilidade diante das fragilidades resultantes desses processos. Nesse caso, a rede de parcerias pode contribuir para a sustentabilidade e promover a efetividade, como relatou Kronenberg (2019). Segundo o autor, a participação popular na gestão dos programas sociais pode também contribuir para a efetividade de um projeto, e para desenvolver o sentimento de pertencimento da população e o capital social – fator importante no desenvolvimento local.

Assim, uma possível forma de evitar a descontinuidades das políticas públicas a sugestão é promover a participação popular nos projetos, acompanhando e reivindicando. Todavia, a governança democrática precisa de representatividade por meios de associações, conselhos e cooperativas.

Desta forma chega-se ao segundo problema: fragilidade das associações de apicultores e dos feirantes.

Os feirantes continuam realizando encontro do grupo mas, segundo os entrevistados, a associação está irregular, dividida entre os que produzem para vender e os que vendem produtos do CEASA-SUL – Central de Abastecimento de Alimentos (houve má utilização das verbas públicas: o tíquete que deveria ir para produtos da agricultura familiar, passou a ser utilizado para pagar produtos do CEASA vendidos na feira, como comerciantes comuns da cidade – terceiro problema será discutido posteriormente).

Creditam também como fator que contribuiu para o desestímulo dos agricultores: o “fechamento da Associação de Agricultores da Feira, que deixaram de trabalhar em conjunto”, disse um entrevistado. Os relatos dos feirantes também deixam perceptível a importância da organização social para a efetividade do projeto. “Com a desarticulação da associação, os feirantes perderam a força política e de reivindicações em unidade (...)”. “Há falta de cooperativismo. Um feirante tira proveito em cima do outro” (...).

Há lideranças, mas não há uma representatividade legal. A associação que foi criada por incentivo da administração municipal não existe mais na prática. E assim, os feirantes agora divididos e desarticulados não encontraram força política para reverter os problemas e cobrar do Poder Público Municipal a fiscalização dos produtores e produtos vendidos na feira. “Com a falta de fiscalização acabou ocorrendo à venda de produtos do CEASA, o que desestimulou a plantar”, diz um entrevistado.

A associação de apicultores, ao contrário, está regularizada, com sede própria e administra o entreposto de mel de Muqui, mas não há participação popular efetiva de seus membros.

Os Estados e Municípios, para intervir na estrutura social vigente, com o objetivo de promover a equidade social, desenvolvem ações e projetos. Contudo a interferência estatal para o desenvolvimento local precisa ser planejada de forma que construa instrumentos sólidos, que promovam o protagonismo da população para que o êxito seja mais efetivo e duradouro. Se envolver no processo de decisão à participação dos cidadãos da comunidade, poderá gerar o autodesenvolvimento e por consequência a sustentabilidade social. Nesse

estágio não haverá a dependência de agentes externos, ou de uma liderança local para desenvolver os processos (KRONEMBERGER, 2019).

Prova disso é a composição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, onde o prefeito era designado por lei como presidente do conselho⁵. Mesmo que tenham sido implantados projetos exitosos, como a Feira, naquele período, o fato de o prefeito ser o presidente do conselho poderia até dar celeridade às ações, mas se algum gestor for centralizador suficiente, o poder de execução e de controle social de suas políticas públicas fica ao seu encargo; o que poderia tornar inviável a reivindicação e protagonismo popular e perder o espaço da governança democrática.

Em uma reformulação, só em 2019, por meio da Lei nº 759 de 08 de março de 2019, o prefeito deixou de ser o presidente e passou a ser o secretário de agricultura, permanecendo a presença da figura do executivo, ficando o conselho submetendo-se a posição democrática do gestor. Em uma mudança de governo, e na discordância de ações públicas entre os agricultores e o Município, a participação popular e o protagonismo do agricultor rural poderiam ficar prejudicadas.

Assim, torna-se imprescindível o fortalecimento dessas entidades para a efetividade dos projetos de desenvolvimento local. As associações podem tornar-se também entidades representativas, para reivindicar a continuidade de uma política pública. No caso dos estudos dos projetos da Feira Livre e do Apisfrut.

Concluindo análise desse problema, torna-se importante para o aperfeiçoamento dos projetos estudados a construção de uma governança democrática, a promoção do associativismo e mecanismos para a valorização e promoção do protagonismo do povo. “Sentir-se parte de uma comunidade é sentir-se também responsável pelo seu bem-estar, é o primeiro passo para uma participação engajada” (KRONEMBERGER, 2019, np).

No caso dos apicultores poderia fortalecer a metodologia do Apadrinhamento Rural Solidário, porque mesmo que as novas famílias inseridas implantassem os apiários, para que elas sejam incluídas na cadeia apícola, teria que ter um acompanhamento contínuo e a inserção delas nas atividades associativas.

Outra alternativa recomendada para o fortalecimento da associação de apicultores seria a inclusão dessa entidade no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural do Município⁶,

⁵ Lei Municipal, nº158, de 30 de setembro de 2002

⁶ De acordo com as normas estabelecidas de inserção de entidades no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

para acompanhar e deliberar sobre as políticas públicas da região e com a representatividade fomentar o associativismo para os apicultores.

Outra possibilidade, que poderia contribuir, é a interação dos dois projetos, agregando uma banca na feira da associação, com os produtos envazados no entreposto, como já é realizado por outras agroindústrias.

Ao estar na Feira Livre, além de ampliar o mercado do mel, os apicultores seriam inseridos em um espaço de encontro de agricultores familiares e da população da cidade como destacado na Figura 05, que segundo o estudo realizado, pode ter promovido a interatividade e o capital social, que Kronemberger (2019) e Franco (2011) relatam como fator de sustentabilidade do Desenvolvimento Local.

Ainda, para Franco (2011) o Desenvolvimento Local não deve ter como referência as instituições e sim os indivíduos, as Redes sociais só irão acontecer quando os cidadãos interagirem.

O terceiro problema identificado é a má utilização das verbas públicas – o caso do tíquete-feira sendo utilizado para outra funcionalidade, que não era a de origem; e desperdício de verba pública, no caso dos materiais dos apiários que não foram implantados, e conseqüentemente não gerou a inclusão produtiva daquelas famílias.

Alguns membros do Projeto da Feira Livre da Agricultura Familiar “passaram a comprar produtos do CEASA e a vender na feira e também a entregar nas casas e ainda passaram a vender fora do horário pré-estabelecido” diz um entrevistado.

“Vários profissionais, servidores da prefeitura, que passam o tíquete, acabam entregando apenas para esses que trazem do CEASA, porque entregam em casa e tem variedade” disse o entrevistado do PF. Assim, alguns feirantes recebem o tíquete-feira, que deveria pagar a produção dos agricultores familiares.

No caso do Apisfrut, parte dos materiais que deveriam ser utilizados para a implantação dos apiários e para produzir mel para incluir as famílias na cadeia apícola, estão abandonados.

Uma indicação de metodologia para enfrentar esse problema identificado seria também criar mecanismos de controle social e governança democrática (como citado em outros problemas) para aprimorar esses projetos.

No caso da entrada de produtos agrícolas comprados na CEASA e sendo pagos com recursos destinados ao pagamento do ticket-feira, que é destinado a produtos da agricultura familiar, uma alternativa seria a realização de um convênio entre o Município e uma cooperativa de agricultores familiares. A lei 13.019, chamada de Marco Regulatório da

Sociedade Civil ou do Terceiro Setor, sancionada em 31 de julho de 2014, que permite essa modalidade. Portanto, além de fortalecer o cooperativismo e a Rede do projeto, estabeleceria formas de controle mais rígidas e transparentes.

Na prática, o município repassaria os valores referentes aos tíquetes à cooperativa, após a comprovação de execução do objeto – comercialização de produtos da agricultura familiar na Feira Livre. Promoveria uma governança democrática, e garantiria os produtos de origem da agricultura familiar por meio de uma fiscalização da política pública pelos próprios agricultores familiares. Dessa forma, poderia ocorrer uma responsabilização coletiva entre os agricultores, reduzindo os custos de fiscalização do município.

E no caso do Apisfrut, a indicação sugerida é uma reestruturação da associação antes de implantar um projeto, para que ela pudesse dar suporte às novas famílias incluídas. Para reestruturar a Associação de Muqui seria necessário:

- Atualizar a legislação contábil /jurídica do Terceiro Setor, para aproveitar os benefícios da associação em sua integralidade⁷.
- Resgatar os associados e promover a organização social
- Realizar uma gestão do entreposto nos seguintes aspectos: ação social, de desenvolvimento tecnológico, marketing, comunicação e logística.

Dessa maneira, profissionalizaria a associação aproveitando o potencial do entreposto existente e permitiria desenvolver parceria com apicultores e empresários, como ocorreu com a ABMEL – Associação Brasileira de Exportadores de Mel.

Outra sugestão seria uma adequação na metodologia do Apadrinhamento Rural Solidário, com a implantação de apiários coletivos. Seriam inseridas as caixas de forma gradual, de acordo com a capacidade do pasto apícola, reunindo o material da família incluída no projeto, com a do apicultor associado. Estabeleceria uma rotina de manejo, onde o padrinho e o afilhado no programa trabalhassem juntos até finalizar o aprendizado do afilhado. O apiário coletivo seria um espaço de aprendizagem interativo.

Não seria necessário colocar todas as caixas recebidas no apiário coletivo, mas o suficiente, acordados pelos dois para o manejo. A vantagem da modalidade coletiva é a redução do deslocamento do padrinho até a propriedade do afilhado, de tempo gasto e principalmente a ajuda mútua. Os apicultores, em geral também são agricultores familiares, e a mão-de-obra e seu tempo são as ferramentas do plantio.

⁷ Eles não prestam o serviço social como poderia fazer a partir do momento que, entre outras fragilidades já descritas, não desenvolve a atividade aproveitando a imunidade tributária.

Uma referência para a atualização da metodologia do Apadrinhamento Rural Solidário seria metodologia CAC – Camponês a Camponês, conforme relata Rosset & Barbosa (2021), recentemente atualizada como “da Camponesa ao Camponês, do Camponês a Camponesa”. Segundo os autores originou-se na Ásia na década de 1920, depois por volta de 1970 foi difundida para a América Central. Em 1997 chegou a Cuba:

A partir da colaboração da organização camponesa Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos de Nicaragua (UNAG). Nessa país caribenho assume outra dimensão, ao tornar-se o Movimento Agroecológico de Camponês a Camponês (MACAC), graças ao estímulo e à ação política da Associação Nacional de Agricultores Pequenos (ANAP), principal organização camponesa do país. Desde então, a ANAP aperfeiçoou a metodologia e mobilizou centenas de famílias camponesas cubanas em escala nacional, impulsionando o MACAC e tornando-se uma referência na transição agroecológica não só em Cuba, mas em toda América Latina e no Caribe. Importante destacar que a ANAP é uma organização membro e faz parte da Coordenação Global da Vila Campesina Internacional (LVC) (ROSSET & BARBOSA, 2021, p. 01).

No Brasil, a metodologia é empregada pelo Movimento de Pequenos Agricultores-MPA para a difusão agroecológica no território camponês. Com o princípio de uma aprendizagem horizontal, fundamenta-se no intercâmbio e na socialização de saberes entre pequenos agricultores e técnicos facilitadores do processo, colocando em destaque o protagonismo da família camponesa (ROSSET & BARBOSA, 2021).

Em Cuba, os promotores são mestres que desenvolveram técnicas de forma exitosa e passaram a receber visita dos camponeses. Há também os facilitadores e os coordenadores, que em conjunto com os camponeses e os promotores utilizam elementos pedagógicos e ferramentas de Educação Popular (ROSSET & BARBOSA, 2021). No caso do Apadrinhamento Rural Solidário, agregaria a metodologia essas ferramentas, tornando o processo organizado e sistemático.

Para melhor logística do PA também seria possível substituir parte do entreposto local/regional por uma sala de recepção/extração móvel, permitindo maior facilidade na extração dos produtos apícolas, tecnologia existente e não considerada pelo projeto.

Em um momento de crise econômica e de escassez de recursos financeiros, diante do estudo de caso realizado, indica-se o Projeto Feira Livre da Agricultura Familiar-Tíquete Feira, é o mais adequado para promover o desenvolvimento local – observando as indicações das fragilidades encontradas.

Portanto, o Projeto da Feira Livre aproveitou a potencialidade do local, transformou o que era cultivado para consumo doméstico em modelo de negócio e qualidade de vida. Deste modo, além das vantagens que são comuns nos dois programas estudados: como o

envolvimento familiar, o aumento da renda e a felicidade em exercer a atividade, destaca-se ainda as seguintes vantagens comparativas com o Apisfrut em Muqui:

- Os feirantes têm uma relação maior de sentimento de pertencimento com o projeto inserido, do que os apicultores. O mesmo acontece com a promoção do capital social;
- Promoção de segurança alimentar, já que diversificou a alimentação dos feirantes e por meio do tíquete feira também proporciona a melhoria da alimentação para os servidores;
- Maior potencial de inserção de famílias devido às facilidades técnicas em relação ao cultivo, que já faz parte da cultura de subsistência;
- Dinamismo econômico: por metodologia, o valor total do tíquete é reinvestido no município.

Ainda, deve-se considerar que o potencial pode tornar-se uma limitação, Ortega (2007) destaca que as áreas mais vulneráveis são as que apresentam historicamente maior dependência política, e um capital social mais vulnerável diante da falta de investimento em cultura e educação.

Contudo, retomando Klering, Jochims, Stranzw (2012) que relatam que se tratando de municípios menores, como o estudado, há maior aproximação do cidadão com o Poder Público, e conseqüente pode existir maior sentimento de pertença da população com as atividades públicas. Dessa forma, pode-se promover maior participação social dos munícipes nos programas desenvolvidos.

O sentimento de pertença com a atividade apícola e a qualidade de vida do apicultor está no manejo e colheita do mel, o que contribui para que a atividade agrícola tenha um grande potencial para o desenvolvimento local sustentável.

Igualmente, diante da importância da apicultura para a sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental de um projeto de desenvolvimento local seria estratégico, incluir apicultores na Feira Livre da Agricultura Familiar. Conforme citado anteriormente, os apicultores, estando em um espaço de comercialização como os feirantes, poderiam vender seus produtos em um ambiente de interação social contínua, como citado na Figura 05, ao mesmo tempo em que contribuiriam para diversificar os produtos da feira.

Devido à complexidade e abrangência do Apisfrut, deve-se estudar o que ocorreu em outros municípios, na qual o projeto foi implantado. Dessa forma seria possível verificar a efetividade diante de associações que conseguiram desenvolver a metodologia do

Apadrinhamento Rural Solidário prevista para realizar o acompanhamento no processo de inclusão produtiva.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento territorial constitui uma ferramenta de planejamento com o objetivo de contribuir para a redução da desigualdade regional do Brasil, porque altera a perspectiva setorial da política pública. O desenvolvimento local é um processo endógeno em âmbito social, econômico, cultural e ambiental. Tendo como marco histórico, principalmente, os anos 2000 e o marco institucional com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, em 2004.

Nessa perspectiva, no Brasil foram realizados projetos exitosos que promoveram qualidade de vida e a diversificação agrícola e de renda, como os CONSADs e os Territórios da Cidadania, que possibilitou a entrada de subsídios para manter a sustentabilidade da agricultura familiar. Contudo houve descontinuidade dessas Políticas Públicas.

A história política e econômica do Brasil está impressa no município de Muqui nos contratos socioeconômicos e a distribuição fundiária. Com uma dependência econômica na Administração Pública e na Previdência Social, o município, tem a agricultura familiar como grande potencial produtivo para o Desenvolvimento Local.

A metodologia dos projetos estudados poderia ser replicada, desde que se atentando para as especificidades do local – nos projetos foram encontradas associações fragilizadas, descontinuidade das políticas públicas e verba pública utilizada de forma irregular. Portanto, precisa construir estratégias de sustentabilidade que permita uma governança democrática e um trabalho em Rede de Parcerias.

Comparando os dois projetos, indica-se a Feira Livre da Agricultura Familiar – Tíquete-feira com maior viabilidade de implantação e sustentabilidade social e econômica do projeto, devido a maior eficiência à inclusão de novos empreendedores, promoção da segurança alimentar e do capital social; e também de dinamismo econômico.

O presente estudo realizou-se sob a perspectiva do público beneficiado, porém para ampliar conhecimento, torna-se necessário desenvolver um estudo com outros atores envolvidos para ter-se uma visão sistêmica do tema.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 9.667/2019 de 02 de janeiro de 2019.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura e da Pecuária e Abastecimento, remaneja cargos em comissão função de confiança, transformar cargos em comissão e função de confiança e altera o Decreto 6.464, de 27 de maio de 2008, que dispõe sobre a designação e atuação de adidos agrícolas junto a missões diplomáticas brasileiras e no exterior. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9667.htm>. Acesso em: 19 de mar. de 2021.

_____. **Decreto nº 8.786/2016 de 14 de junho de 2016.** Subordina a Estrutura do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário ao Ministério de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8786.htm>. Acesso em: 19 de mar. de 2021.

_____. **Ministério da Integração Nacional.** Termo de cooperação para descentralização 06/2013 de 25 de março de 2013. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/ArquivosPDF/termoaditivo/2013/Termo-de-Cooperacao-Para-Descentralizacao-de-Credito-n-06_2013>Ifes-Reitoria-V2.pdf>. Acesso em: 14 de marc. de 2021.

_____. **Decreto nº 3.338/2000 de 14 de janeiro de 2000.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro demonstrativo dos cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3338.htm>. Acesso em: 19 de mar. de 2021.

BUARQUE, S. J. C. **Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável: metodologia de planejamento.** Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2008.4 ed.

CARVALHO, S. N. de. **Avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate.** São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 185-197, jul./dez. 2003.

EULA, M. J.; SANTOS, H. E. A. Desenvolvimento Local Sustentável: Uma Abordagem. **Revista Administración Pública y Sociedad (APyS-IIFAP-FCS-UNC) N° 07, Enero-Junio 2019** - ISSN: 2524-9568. Disponível em: <<https://revistas.unc.edu.ar/index.php/APyS/article/download/18040/24116/72571>>. Acesso em: 03 set. de 2021.

FPA – Fundação Perseu Abramo. Territórios da Cidadania completa 09 anos. Disponível em <http://fpabramo.or.br/2017/02/24/territorios-da-cidadania-completa-9-anos/> Acesso em: 03 de março de 2021.

FORNAZIER, A.; BELIK, W. B. **Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural: entre o territorial e o setorial.** Revista Pensamento & Realidade. Ano XV – v. 27 n° 3/2012.

FRANCO, A. de. **Reinventando o desenvolvimento local**. 2011. Disponível em: <<https://www.slideshare.net/augustodefranco/reinventando-o-desenvolvimento-local-1000s05322>>. Acesso em: 09 set. 2021.

GHESTI, J. P; SILVA, S. P. **A abordagem territorial do Programa LEADER na Europa e sua transferência institucional ao contexto latino-americano: uma análise crítica**. IPEA. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. Boletim regional, urbano e ambiental, 14. Jun. 2016.

HESPANHOL. R. Ap. de M. **A adoção da perspectiva Territorial nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil**. Campo: revista de geografia agrária, v.5, n.10, p. 123-147, ago. 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. **Censo-Agro 2017**. Disponível em: <<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>>. Acesso em: 20 jan. de 2021.

_____. **População**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/muqui/panorama>>. Acesso em: 20 jan. de 2021.

_____. **Produto Interno Bruto – PIB**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>>. Acesso em: 19 de mar. de 2021.

_____. **PIB cai 4,1% em 2020 e fecha o ano em R\$ 7,4 trilhões**. Disponível em: <[https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30165-pib-cai-4-1-em-2020-e-fecha-o-ano-em-r-7-4-trilhoes#:~:text=O%20PIB%20totalizou%20R%24%207,2019%20\(15%2C4%25\)](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30165-pib-cai-4-1-em-2020-e-fecha-o-ano-em-r-7-4-trilhoes#:~:text=O%20PIB%20totalizou%20R%24%207,2019%20(15%2C4%25))>. Acesso em: 19 de mar. de 2021.

_____. **Tabelas**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 22 de mar. de 2021.

Instituto Brasileiro de Apoio ao Desenvolvimento Social e Econômico –IBA.I Conferência Regional de Apicultura, Cachoeiro de Itapemirim, ES,2018

Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - INCAPER - **Programa de assistência técnica e extensão rural - PROATER 2020 - 2023: Muqui - Planejamento e ações**, 2020.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/pt/estatisticas-de-imoveis-rurais.html>. Acesso em: 10 de fev. de 2017.

Instituto Jones dos santos Neves-IJSN. **Perfil da Pobreza no Espírito Santo: Famílias Inscritas no CadÚnico 2019**. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/artigos/5437-perfil-da-pobreza-no-espírito-santo-familias-inscritas-no-cadunico-2019>>. Acesso em: 23 mai. de 2020.

KLERING, L.R.; KRUEL, A.J.; STRANZ, E. **Os pequenos municípios do Brasil – uma análise a partir de índices de gestão**. Análise, **Revista de Administração da PUCR** Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 31-44, jan./abr. 2012

KRONEMBERGER, Denise. **Desenvolvimento Local Sustentável. Uma abordagem Prática**. Ed. SENAC. São Paulo, 2019. E-book Kindle. Não paginado.

Livro de Ata da Associação de Apicultores de Muqui e Adjacências. Muqui, ES, 2005.

LOURENÇO, S.M. **Muqui em sua história. Um museu a livro aberto**. Vitória: Editora, 2017.

MDA-Ministério do Desenvolvimento Agrário/SDT-Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento dos Territórios Rurais**, Brasília/DF, mai, 2005. Disponível em: http://sge.mda.gov.br/bibli/documentos/tree/doc_214-28-11-2012-11-32-675117.pdf >. Acesso em: 06 de set. de 2021.

MENDONÇA, P. H.de. **Muqui – Cidade Menina, 1850-1989**. Vitória: Sagraf Artes Gráficas Ltda., 1989.

MIRANDA, Rafael Chateaubriand de. **Apicultura: uma alternativa para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**, Pombal, 2019.

MOREIRA, F. G.; BINOTTO, E. A Diversificação de Culturas Agronômicas como Forma Sustentável na Agricultura Familiar: Uma Análise para o Estado/MS. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, 2014. Acesso em: <<https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RVADS/article/view/3119>>. Acesso em: 03 set. 2021.

MUQUI (ES). **Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente**. A Feira Livre da Agricultura Familiar -“Um incentivo indispensável para geração de trabalho e renda local”. Muqui, 2020.

_____. **Lei nº 759 de 08 de março de 2019**. Altera a Lei Municipal, nº158, de 30 de setembro de 2002, para tornar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e de Defesa do Meio Ambiente e Saneamento e dá outras providências.

_____. Associação de apicultura de Muqui e adjacências. **Ata do dia 23 de novembro de 2005**.

_____. **Lei Municipal Nº 207/03, de 25 de novembro de 2003**. Institui o ticket feira e dá outras providências.

_____. **Lei Municipal, nº158, de 30 de setembro de 2002**. Revoga a Lei nº 015/97 e dispõe sobre a instituição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, e institui o Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável-FMDRS.

_____. **Lei Municipal Nº 056/99.** Dispõe sobre a criação e regulamentação da Feira de produtores hortifrutigranjeiros, artesanatos e derivados da agropecuária, e dá outras providências.

_____. **Lei Municipal Nº 070/99, de 06 de outubro de 1999,** que dispõe sobre o Tombamento do Patrimônio Histórico e Artístico de Muqui.

NERI, M. C. **A escalada da desigualdade: Qual foi o impacto da crise sobre a distribuição da riqueza e da renda?** FGV- Fundação Getúlio Vargas-Social. Rio de Janeiro, 2019.

NETO, Jaime Bernardo. **Pequenas propriedades rurais e estrutura fundiária no Espírito Santo: uma tentativa de entendimento das particularidades capixabas.** Vitória: UFES, 2009.

NUNES, José Arcanjo. **Ações conjuntas, prefeitura e comunidades rurais, visando o desenvolvimento rural,** em Muqui-ES. Rev. Bras. de Agroecologia/out.2007. v. 2 n. 2.

ORTEGA, A.C. **Desenvolvimento territorial rural no Brasil: limites e potencialidades dos CONSADs.** RER, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 02, p. 275-300, abr./jun. 2007 – Imprensa em abril 2007.

PERONDI, M.; SCHNEIDER, S. **Diversificação agrícola e não agrícola da agricultura familiar.** Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/297735265_Diversificacao_agricola_e_nao_agricola_da_agricultura_familiar>. Acesso em: 09 set. 2021.

PERONDI, M. A.; RIBEIRO, E. M. **As estratégias de reprodução de sitiantes no oeste de Minas Gerais e de colonos no sudoeste do Paraná. Organizações Rurais e Agroindustriais,** Lavras, v. 2, n. 2, jul./dez. 2000.

PREDIGER, C.; AHLERT L. **Ética e Educação Ambiental – lugares privilegiados na apicultura,** 2019. Disponível em: <https://ensaioseciencia.pgsskroton.com.br> >. Acesso em: 06 de set. de 2021.

Plano Brasil Sem Miséria, Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.brasilsemiserialia.gov.br/inclusao-produtiva>>. Acesso em: 30 de jun. de 2013.

RAMBALDUCCI, Ney Costa. **Passado de Glória, futuro de esperança.** 2.ed.rev. e atualizada – Muqui; Edição do autor, 2013.

ROCHA, Enid. **A Constituição Cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios.** 20 anos da Constituição Cidadã: avaliação e desafio da seguridade social.p.131-148. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/outras_pesquisas/a%20constituicao%20da%20cidadania%20e%20a%20institucionalizacao%20dos%20espaos%20de%20participacao%20social.pdf. Acesso em 14 de abr. de 2021

ROSSET, P.; BARBOSA, L. P. **Metodologia “De Camponesa a Camponês à Camponesa a Camponês e a territorialização da agroecologia.** 2021. Disponível em: <

<https://mst.org.br/2021/02/17/metodologia-de-camponesa-a-campones-a-camponesa-a-campones-e-a-territorializacao-da-agroecologia/>>. Acesso em: 03 set. 2021.

SCHNEIDER, S. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. Sociologias. Porto Alegre/RS, ano 6, nº 11, jan. /jun. 2004, p. 88-125

_____. **Abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações**. I Fórum Internacional Desenvolvimento Rural e Democracia, Fortaleza/CE, 2003.

SILVA, J. F. G. da. **Desigualdade, vírus da segunda onda**, Valor. Globo, 27 de abr. de 2020. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniaao/coluna/desigualdade-virus-da-segunda-onda.ghtml>>. Acesso em: 23 de maio de 2020.

_____. **Agricultura familiar e sustentabilidade**, Eco21, jun. de 2019. Disponível em: <https://eco21.eco.br/agricultura-familiar-e-sustentabilidade/>. Acesso em: 24 de abr. de 2021.

_____. **Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento? Textos para Discussão Nead**, Campinas, v. 2, n. p. 5-52, 2001.

SIMAO, Ana Adalgisa. **Diversificação como alternativa para o desenvolvimento da agropecuária familiar Sul Mineira**. Lavras: UFLA, 2004. Disponível em http://repositorio.ufla.br/jspui/bitstream/1/1927/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O_Diversificac%C3%A7%C3%A3o%20como%20alternativa%20para%20o%20desenvolvimento%20da%20agropecu%C3%A1ria%20familiar%20sul-mineira.pdf. Acesso em: 26 de abr. de 2021.

SOARES, S. et al. **Perfil da pobreza: Norte e Nordeste rurais**. Brasília, DF – Brasil, Copyright© 2016. Disponível em: <https://www.fida.org.br/assets/downloads/Perfil_da_pobreza_Norte_e_Nordeste_rurais.pdf>. Acesso em: 06 de set. de 2021.

XAVIER, Izar Felipe. **Rose garante recursos para o projeto da apicultura do IFES**. Jornal Resgate. 12 de out. 2019. Disponível em: <https://jornalresgate.com/rose-garante-recursos-para-projeto-de-apicultura-do-ifes/>. Acesso em 14 de abr. de 2021.